

Ministério

Uma Revista Para Pastores e Obreiros

Adventista



**Interamericana:
O Clímax da Colheita 90**

ARTIGOS

4 JOÃO PAULO II: OS PRIMEIROS DEZ ANOS
Dr. Raoul Dederen

7 ROMA UMA ANTIGA PERSEGUIDORA DA IGREJA?
Dr. Samuel R. Bacchiocchi

11 INTERAMERICANA: O CLÍMAX DA COLHEITA 90
G. Brown

13 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTÍNUA
E. Becerra

15 A MISSÃO DA ESPOSA DO PASTOR
Ruth M. Murdoch

17 ESTABELECENDO DATA DE 457 A.C.
L. P. Tolhurst

22 CARNE DE PORCO: CIÊNCIA CONFIRMA A BÍBLIA
Dr. E. A. Widmer

25 A REVELAÇÃO DE DEUS EM JESUS CRISTO NO QUARTO EVANGELHO
José Carlos Ramos

Gerente Geral: Carlos Magalhães Borda; **Redator-Chefe:** Rubens S. Lessa; **Editor:** Almir A. Fonseca;
Diretor de Arte: Paulo S. Gusmão; **Diagramador:** Vilma B. Piergentile; **Colaborador Especial:** Daniel Belvedere;
Colaboradores: João Wollf, Severino Bezerra, Pável Moura, Luís Nunes, Jette de Carvalho;
Capa: A. Rios

Todo artigo ou qualquer correspondência para a revista O MINISTÉRIO ADVENTISTA
devem ser enviados para o seguinte endereço: Caixa Postal 12-2600 — 70279 — Brasília, DF.
Editado bimestralmente pela CASA PUBLICADORA BRASILEIRA.
Rodovia S- 127 — km 106 — Caixa Postal 34 — 18270 — Tatuí, SP.

Editorial

O que estaria fazendo uma gigantesca tenda parecida com um circo ali no principal gramado, no coração do complexo do Colégio União Columbia? E por que a enorme faixa ali na esquina, diante do trânsito de Takoma Park? Teria o colégio convidado um circo para o campus? Seria alguma grande convenção sobre educação? Ou o reencontro de famílias? Não é nada disto. A Igreja de Sligo e o colégio estavam realizando uma série de reuniões evangelísticas.

E o evangelista era John Brunt, que tem um título de Doutor em Estudos do Novo Testamento e é Decano da Escola de Teologia de Walla Walla College. Aquela era a terceira série que Brunt e seu associado Donald Bigger haviam realizado nos últimos três anos. Bigger é pastor da igreja do colégio de Walla Walla.

As matrículas começariam no dia seguinte ao retorno de Brunt para casa. Por que estava aquele homem culto realizando reuniões evangelísticas audíveis por todo o país, quando era época de preparar-se para a escola?

Por que o evangelismo?

A primeira resposta do Dr. Brunt, quando se assenta para conversar amigavelmente no *trailer* que servia de escritório atrás da tenda; foi que o conhecimento do Novo Testamento requer evangelismo. Ele insiste: "Na verdade, admiro-me de que muitos fiquem surpresos pelo fato de os professores estarem fazendo evangelismo, pois me parece que isto faz parte daquilo que todos os cristãos deveriam fazer de uma forma ou de outra. E o meu campo, naturalmente, é o Novo Testamento, e não é possível lê-lo e estudá-lo sem ter um forte senso de missão e da necessidade de evangelismo."

John acha que o adventismo intelectual necessita de evangelismo. "Estamos convencidos do fato de que há um bom número de adventistas do sétimo dia para o qual o evangelismo se tornou virtualmente uma palavra repulsiva. E não acredito que a igreja possa ser saudável se for isto o que definitivamente pensa um importante segmento da igreja. Esperamos poder trazer de volta algumas daquelas pessoas que se desencantaram com o evangelismo. E nas reuniões passadas vimos alguns, que eram inteiramente contrários de

início quanto a ser envolvidos, mudarem com o passar do tempo."

John Brunt vive em uma área que tem uma das maiores concentrações de adventistas na América do Norte. Ele compartilhou sua preocupação: "Sabe, é fácil você estar em um bairro adventista destinado precisamente à espécie de mundo esquecido aqui de fora, e não perceber quantas pessoas estão sofrendo, ou em necessidade, e quantas seriam beneficiadas com as coisas que você tem como verdadeiras. E alguns se gabam grandemente de que, penso eu, podem fazer mais do que qualquer outra coisa para converter pessoas ao evangelismo."

Que espécie de evangelismo?

Que espécie de evangelismo estava sendo realizado por aquele evangelista erudito naquela atmosfera intelectual e comunidade profissional? Na verdade, bem simples. Por certo, nem todas as doutrinas básicas adventistas podem ser apresentadas em uma série de três semanas, mas aquelas que não são dadas em reuniões, são abrangidas na classe bíblica. John salienta três tipos de evangelismo:

1. Evangelismo cristocêntrico. Diz ele: "Creio firmemente que precisamos pregar as provas distintivas do Adventismo; para mim, entretanto, a verdadeira excitação é mostrar como essas provas levam a Cristo Jesus."

2. Evangelismo baseado na Bíblia. "Creio sinceramente que as pessoas precisam ter a Bíblia nas mãos e lê-la por si mesmas, e ver isto aí na Escritura. E, por esse motivo, fazemos a doação de uma Bíblia da que usamos. Dessa maneira, podemos indicar o número das páginas, pois todos têm a mesma Bíblia. Assim as pessoas não precisam ficar sem saber como encontrar os livros."

Aquele intelectual é partidário da simplicidade. "Acho que perdemos muito tempo. Ganho em média cerca de quatro a sete textos cada noite. Prego sem nenhum tipo de anotação, e torno isso bastante simples para que eu possa lembrar. Calculo que talvez meus ouvintes sejam também capazes de relembrá-lo."

3. Evangelismo prático, relacionado com a vida. John explica: "Temos insistido sobre necessidades práticas como o chamariz ou a grande atração para experimentar, e estabelecer a ligação da brecha entre o evangelho

e os problemas de cada dia — solidão, estresse, parentesco, casamento. Por exemplo, nossa apresentação inicial sobre o sábado está relacionada com o controle do estresse; e depois, falo sobre como Deus sabia que necessitávamos de repouso e refrigério e, para supri-las, ofereceu-nos a dádiva do sábado.”

Quem deve fazer evangelismo?

Se John pode, eu também. E, de fato, você pode. Este exemplo fala aos pastores: O evangelismo não anula, diminui ou rebaixa nossa dignidade.

Este exemplo diz respeito aos professores: O evangelismo ajuda a preservar a teologia

prática do erudito. Aqueles que treinam os pregadores deviam estar fazendo evangelismo. Apenas ganhadores de almas produzem ganhadores de almas. A Divisão Norte-Americana deveria ensinar uma grande quantidade de outras divisões onde os professores de religião são mantidos mais em ligação com o ministério, trabalhando regularmente com pastores em evangelismo.

Este exemplo diz respeito aos administradores: Como você pode achar tempo? John diz: “Você não encontra tempo, você faz o tempo. Você decide que vai fazer aquilo, a despeito de ‘achar’ ou não tempo.”

Se John pode fazer o tempo, também você. E eu também!

DR. RAOUL DEDEREN — Decano associado do Seminário Teológico da Universidade Andrews

João Paulo II: Os Primeiros Dez Anos

Em 16 de outubro de 1987, João Paulo II iniciou seu décimo ano como papa. Desde sua eleição ao papado, cerca de dez anos atrás, ele tem seguido um programa exaustivo. Embora tenha imposto a si mesmo um ritmo que pode achar difícil manter, até agora não há o mais leve indício de que diminuirá, mesmo para um homem nos seus avançados sessenta anos de idade.

Ele é, ao mesmo tempo, uma das personalidades mais magnéticas no palco internacional. Um homem carismático, com um raro dom para se expressar por palavras e dramatizar, atingindo as pessoas de todos os credos.

A energia e a aura fora do comum de João Paulo II, complementam seu vigoroso e firme estilo de liderança. Na verdade, ele revela poucas das dúvidas que alguns associam com seu predecessor, o Papa Paulo VI. João Paulo II diz sem ambigüidade que sabe o que a Igreja Católica Romana é e o que tem para oferecer ao mundo. As certezas que ele proclama não se limitam às certezas da fé. São também certezas a respeito dos valores humanos e da pessoa humana, oriundas de uma compreensão especial do Evangelho de Je-

sus Cristo e da missão da Igreja Católica Romana.

Ele causa um forte apelo pessoal e um raro impacto sobre o pensamento cristão, muitas vezes além dos limites da confissão católica romana.

Contudo, ele sabe que seu impacto diminuiria grandemente se dirigisse uma Igreja Católica Romana dividida e pluralística. Daí, sua disciplina submissa e obediência. Desde o início de seu pontificado, João Paulo tem ocasionado uma inconfundível firmeza de disciplina, juntamente com um fortalecimento da identidade Católica Romana.

O que é a identidade católica

Pode-se pensar na identidade católica em termos doutrinários. Na verdade, há uma compreensão vaga em alguns círculos daquilo que a Igreja Católica Romana realmente ensina. Restaurar a identidade católica, portanto, significa identificar a doutrina católica e o que significa ser um católico romano praticante. O problema é que poucos têm tido muitas dúvidas quanto a qual é a doutrina católica romana oficial. A questão não tem sido saber o que

é ser católico romano, mas aceitá-lo.

A identidade católica pode também ter outro significado, um significado que se aplica à pergunta: Qual é a maneira católica de tratar a tensão que existe entre os católicos romanos em geral e, em algumas partes do mundo, entre Roma e uma área geográfica especial da família católica?

João Paulo II responde a esta pergunta ao exigir obediência aos bispos, da parte dos sacerdotes, teólogos e pessoas leigas. Com seu modelo populista típico, salienta os perigos que poderiam surgir de tais recusas, apelando por apoio "da maioria católica silenciosa".

Em resposta, as pessoas leigas católicas fiéis, os sacerdotes e os teólogos têm falado constantemente ao Papa de seu amor à igreja, de seu desejo de servir, de sua lealdade a Roma, de suas lutas e suas frustrações. Citam os problemas que os católicos americanos enfrentam com certos ensinamentos, como a contracepção, o divórcio e o celibato sacerdotal, que têm levado a dissidências em massa. O Papa ouve, mas não muda de idéia.

Em encontros com aqueles que dele discordam, João Paulo II não parece procurar a verdade contida em um ponto de vista oposto. Ele parece ser estimulado pela oposição, e considera-a como uma validação de seu próprio apelo. O Papa se dirige às pessoas como uma pessoa ou como pensador. Quando seus interlocutores sugerem "pluralismo", ele responde a "verdade". A seu modo de ver, pluralismo é outro nome para indiferentismo, e em contradição com a identidade católica que ele defende.

De acordo com essa perspectiva, pode-se entender por que a discrepância do Magistério é "um grave erro". Numa reunião privativa em 16 de setembro de 1987, com os bispos dos Estados Unidos, João Paulo Ihes disse: "Alega-se às vezes que a discordância do *Magistério* é totalmente compatível com o ser um 'bom católico' e não apresenta nenhum obstáculo à recepção dos sacramentos. Isto é um grave erro que desafia o papel do ensino dos Estados Unidos e de outros lugares." Durante o seu "diálogo" de quatro longas horas, ocorrido em um seminário de Los Angeles, o Papa levou os bispos a eliminarem a discordância. "A discordância da doutrina da Igreja continua sendo aquilo que ela é: discordância; como tal, não pode ser proposta ou recebida em pé de igualdade com o ensinamento autêntico da Igreja."

Declarações desse tipo — e há muitas outras — tornam claro que o Papa tem uma com-

preensão inequívoca da responsabilidade colocada sobre o papado e de sua maneira pessoal de com ele tratar: resoluta, total e audaciosa. Obviamente, ele está dando um novo prazo de vida à concepção monárquica do papado, estabelecida pelo Primeiro Concílio Vaticano. Mas, perguntará alguém, não ouviu ele do colegiado a doutrina promovida pelo Concílio Vaticano II, que diz ser a Igreja Católica Romana dirigida pelo Papa e os bispos, que atuam juntos como uma equipe?

Ansiedades no catolicismo

O primeiro e o Segundo Concílios Vaticano deixaram na mente do catolicismo romano uma ansiedade não satisfeita. O primeiro realçou com mais intensidade do que já se fizera anteriormente, o significado do primado e da infalibilidade na vida da Igreja Católica Romana. O Segundo Concílio Vaticano, desenvolveu a teologia do episcopado e do colegiado. Na teoria, as duas orientações não são necessariamente contraditórias. Mas ainda não está claro como se harmonizam.

Os bispos católicos romanos em todo o mundo gostariam de ver uma deliberada e gradual evolução da teologia do papado em favor de uma maneira conciliar, em lugar de um modo monárquico. Infelizmente, porém, muito da compreensão do papado, em anos recentes, parece contrariar tal desenvolvimento. Enquanto ele está entusiasticamente empenhado em reafirmar a concepção monárquica da autoridade do pontífice de Roma, longe está de esclarecer que os bispos se sentem confiantes em que a sua autoridade foi mantida. Ao contrário, as determinações que ele tem tomado em alguns países como a Áustria e os Países Baixos, indicam a outra maneira.

João Paulo II se me afigura um enviado para a reforma do Vaticano II, incluindo as missas celebradas em línguas vernáculas e a necessidade de progresso ecumênico. Mas ele não parece disposto a ir uma polegada além disso. É bem conhecido que ele quer as freiras com o hábito distintivo e os sacerdotes com batinas. Isto o coloca em direto confronto com grande número de sacerdotes e freiras, a maioria na Europa Ocidental e Estados Unidos, que são contra o celibato dos sacerdotes, querem que a Igreja Católica Romana aceite o sacerdócio de mulheres e insistem na maior liberdade possível de opinião para os teólogos. E há milhões de classes sociais e indivíduos católicos que continuam a expressar

sua angústia quanto à linha-dura adotada pelo Papa com relação ao divórcio e controle da natalidade. Todavia, ele está determinado a fazer as reformas do Vaticano II; mas se recusa a ceder nas questões mais recentes. Parece temer que ao abrir os braços para o mundo, a Igreja Católica Romana vá mais longe e permita que o mundo nela entre. Seu papado é de restauração.

Um papa paradoxal

Aqueles que podem estar inclinados a descrevê-lo como um papa paradoxal, se não um líder incoerente, acham inexplicável que, enquanto na Polônia, ele foi um tenaz adversário de um Estado despótico. Em Roma ele é um infatigável aplicador da ortodoxia. Os defensores de João Paulo respondem que o Bispo de Roma está apenas cumprindo o seu dever. Ele desperta tanta apreensão, explicam, porque torna vívida uma verdade intempestiva e desagradável — que qualquer comunidade, seja ela religiosa ou secular, deve ter um centro fixo de convicções e, caso essa comunidade esteja determinada a permanecer e cumprir sua missão, deve encarregar alguma autoridade com a incumbência de alimentar, defender e proclamar essas convicções.

As décadas imediatamente seguintes à II Guerra Mundial, caracterizaram-se por implacável materialismo, consumismo e a busca de prazer por muito tempo adiado. Existe hoje um claro sentimento de que a humanidade é feita para algo melhor, algo mais significativo, e necessita de estabilidade nas crenças fundamentais. A confiança e firmeza moral será grandemente necessária e cada vez menos encontrada. Enquanto milhões elevam a voz e clamam por "liderança", João Paulo II se torna mais fascinante. Ele está mostrando a Igreja Católica Romana ao mundo como o não fizera antes nenhum papa. Ele tem colocado perante o mundo, sem concessões, uma absoluta exigência moral e espiritual, baseada em uma fé absoluta, e as pessoas estão correspondendo. Milhões dão ouvidos, as pessoas jovens atentam. Não há hoje nenhum outro ensinador de moral que se lhe iguale. Eles podem não seguir o que ele apresenta; reconhecem, porém, que ele lhes apresenta isto porque acredita no valor individual de cada um deles. Ao contrário da permissividade dos pregadores de hoje, para os quais pouco importam os padrões, este Papa está chamando os católicos romanos ao arrependimento e a uma vida cristã heróica.

Não admira que dessa posição vantajosa, com sua atenção voltada para o que ele descreve como uma batalha cósmica entre o bem e o mal, ache necessário dispensar, como de somenos importância, algumas das reformas defendidas por seus fiéis. Nos termos mais descomprometidos, continua ele a pregar uma mensagem que salienta a necessidade de algo que o mundo secular, comunista ou capitalista, não pode dar. Para surpresa de alguns, ouvimos o Papa falar em termos de os verdadeiros seguidores de Jesus Cristo terem que pagar o preço da rejeição e do ridículo. Ele explica que igreja fiel é aquela que sofre, embora o preço do discipulado seja às vezes impopular. A frase "plenamente católico" vem à tona como um lema grandemente associado com o conceito de uma igreja cujo propósito não é estabelecer marcas na conquista de membros, mas transmitir os ensinamentos de Cristo.

Onde aprendeu ele tal habilidade? Provavelmente na Polônia, onde o conceito foi provado no cadinho do sofrimento e da luta contra uma ideologia ateuista. Daí, acompanhou-a ela em suas muitas jornadas. Aonde quer que vá, leva ele a mesma mensagem. Ele fala e age como um sacerdote de paróquia cujo distrito é o mundo, e como um evangelista semelhante a Billy Graham. Contudo, ao contrário de Billy Graham, a mensagem que ele prega se baseia não só na Bíblia, mas na tradição católica romana. Neste Papa, vemos o ensino católico romano em ação e, infalivelmente, em operação.

O apelo de João Paulo II aos cristãos que se fundamentam na Bíblia, de fora do catolicismo romano, não pode ser contestado. Apesar de sua mariologia, de suas inarredáveis convicções sobre o celibato sacerdotal, o papel da mulher, certas doutrinas fundamentais da fé cristã e seu claro compromisso com a família e as éticas sexuais bíblicas, tem despertado as simpatias de inúmeros protestantes, evangélicos e adventistas do sétimo dia.

Católico tradicional

Todavia, embora tudo seja dito e feito, João Paulo II continua um católico romano tradicional. Ele continua defendendo tudo aquilo que, através dos séculos, tem separado um cristianismo firmado bíblicamente, de um catolicismo romano baseado nas Escrituras e nas tradições humanas.

Quando ele afirma que Maria é a fonte de nossa fé e de nossa esperança, os cristãos

CONTINUA NA PÁG. 31.

Roma: Antiga Perseguidora da Igreja?

Em geral se diz que o governo romano ignorou grandemente o Cristianismo até 62 A.D., isto é, até a primeira parte do reino de Nero, considerando-o, na melhor das hipóteses, como uma das várias seitas judaicas. Em lugar disso, este artigo mostra que desde o começo, Roma reconheceu as diferenças básicas entre os movimentos judaicos messiânicos orientados politicamente, e a natureza não política do cristianismo; e, que, a política básica de Roma para com o Cristianismo durante esse período foi de tolerância.

Tibério e o Cristianismo 14-37 A.D.

O julgamento de Jesus durante o reinado de Tibério, representa a primeira maior confrontação entre as autoridades romanas e o Fundador do Cristianismo. Os Evangelhos e Atos excluem unanimemente qualquer interesse romano na condenação de Jesus, colocando a iniciativa do julgamento e condenação de Jesus exclusivamente sobre as autoridades judaicas.¹ O fato de Pilatos intervir sem piedade contra os suspeitos de sedição contra Roma, ao passo que exclui Jesus da grave acusação de insurreição política, sugere que ele não percebeu no movimento messiânico de Jesus nenhuma movimentação política desfavorável a Roma. (Ver S. Luc. 13:1; Josefo, *Ant.* 18.3.1; 18.4.1).

Indiretamente, Lucas apóia esta conclusão por meio de seu relato sobre a política de Pilatos para com a primeira comunidade cristã de Jerusalém. Dificilmente podia o governador romano ter ignorado o conflito surgido entre o novo movimento messiânico popular e as autoridades religiosas judaicas. Estas tentaram reprimir o novo movimento, prendendo os apóstolos (Atos 4:3; 5:18) e apedrejando Estêvão (Atos 7:57-60) sem a devida autorização do governador romano. Lucas coloca a responsabilidade por essa perseguição inteiramente sobre o Sinédrio, dando a impressão de que os romanos estavam indiferentes

ao que estava acontecendo. (Ver Atos 4:5 e 15; 5:17, 27, 40 e 41; 6:12; 7:57).

Era costume os governadores relatarem ao imperador qualquer novo acontecimento em suas províncias² e, de acordo com Tertuliano (cerca de 200 A.D.), Pilatos enviou a Tibério um relatório.³ O relato de Tertuliano, bem como vários documentos falsos que dizem ser cartas de Pilatos a Tibério, descreve a informação de Pilatos como tratando não só do julgamento e condenação de Jesus, como também de acontecimentos subseqüentes que indicam Sua divindade.⁴ Com base nesse relato, diz Tertuliano, Tibério propôs ao Senado a *consecratio* de Cristo — Sua inclusão entre as divindades do Panteon romano e Sua admissão ao culto do império.

Alguns eruditos têm rejeitado a historicidade do relato de Tertuliano, primeiramente porque acreditam que dificilmente poderia o Cristianismo ter atraído a atenção imperial numa época tão precoce (cerca de 35 A.D.).⁵ Estudos recentes, contudo, têm apresentado argumento a seu favor.⁶ Pressupõe-se a existência de tal relatório, em virtude do profundo conhecimento que tinha Tácito da condenação de Cristo por Pilatos, bem como pela referência de Justino Mártir aos *Atos de Pilatos* e pelas várias versões apócrifas dos mesmos Atos, produzidas em data posterior. Além disso, dificilmente poderia Tertuliano ter fabricado a história de um relato de Pilatos e da *consecratio* de Cristo, proposta por Tertuliano, uma vez que ele menciona incidentalmente esses eventos e quando insiste com os magistrados para “consultarem” seus registros, a fim de verificarem sua informação (Apology, 5). O relatório de Pilatos e a proposta de Tibério são datados por Eusébio em sua *Chronicon* em 35 A.D.⁷ A violenta perseguição contra os cristãos que, de acordo com Atos, foi movida naquele tempo na Palestina pelo Sinédrio, poderia explicar por que Pilatos julgou necessário informar Tibério acerca dos acontecimentos que levaram ao estabelecimento

mento do Cristianismo e seu conflito com o judaísmo.

Se, na verdade, Tibério fez a proposta ao Senado para que aceitasse a Cristo entre as divindades romanas, ele bem poderá ter sido motivado tanto por considerações supersticiosas como políticas. Os surpreendentes "prodígios" que cercaram a morte e a ressurreição de Cristo, de que o Imperador foi informado por Pilatos, e provavelmente também por seu cronógrafo samaritano Thallus,⁸ bem podem tê-lo predisposto favoravelmente a Cristo, especialmente em virtude de sua fé supersticiosa nos signos astrológicos, e seu ceticismo para com a religião tradicional.⁹ Politicamente, Tibério pode ter visto a possibilidade de contrabalançar o sentimento anti-romano entre as massas judaicas por meio de um reconhecimento legal e conseqüente penetração do Cristianismo — um movimento pacifista que ensinava: "Dai a César o que é de César" (S. Mat. 22:21).

A proposta da *consecratio* de Cristo, feita por Tibério, contudo, foi rejeitada pelo Senado romano, supostamente porque o Senado era cioso de suas prerrogativas legítimas na questão. Tertuliano vê essa decisão negativa do Senado como a gênese da legislação anticristã. O Imperador "se apegou a sua opinião" e neutralizou as possíveis conseqüências negativas da recusa do Senado "ameaçando ira contra todos os detratores dos cristãos" (Apology, 5). Os "detratores" que Tibério tinha em vista presumivelmente eram as autoridades judaicas da Palestina, que haviam lançado o pior ataque contra os seguidores de Cristo (Atos 8 e 9). Os oficiais romanos ainda não haviam tomado medidas punitivas contra os cristãos.

Como afetou a ação de Tibério aos cristãos, especialmente na Palestina, epicentro do conflito? Josefo informa-nos de que Vitellius o governador romano da Síria, "entrou na Judéia e subiu a Jerusalém" (cerca de 36 A.D.) e "privou José, que era também chamado Caifás, do sumo-sacerdócio, e indicou a Jonatan, filho de Ananias, sumo sacerdote anterior, para sucedê-lo." (Ant. 18.4.3). A remoção de Caifás do ofício pelo legado de Tibério bem pode explicar a repentina mudança de uma situação de "grande perseguição" (Atos 8:1) para uma situação de "paz": "Assim, pois, as igrejas em toda a Judéia, e Galiléia e Samaria tinham paz" (Atos 9:31). A ação de Vitellius pode indicar a implementação da política de tolerância de Tibério para com os cristãos.

Calígula e o Cristianismo 37-41 A.D.

Durante o reinado do sucessor de Tibério, Calígula (37-41 A.D.), a situação para os cristãos permaneceu praticamente inalterada. Não temos nenhuma indicação de que Calígula tenha feito qualquer negócio com os cristãos. Todavia, o sério conflito que se originou entre os judeus e o imperador por causa do insensato esforço deste para erigir uma estátua sua dentro do templo de Jerusalém, pode ter contribuído indiretamente para a paz em favor dos cristãos. (Ver Josefo, *Ant.* 19.5. 2 e 3). As autoridades judaicas, interessadas naquela fase crítica em sua própria sobrevivência, não podiam levar a efeito ações planejadas contra os cristãos. Possivelmente, durante o reinado de Calígula a missão cristã tenha levado à conversão além de judeus da Palestina e Antioquia, romanos como o centurião Cornélio (Atos 10:24 e 34-35), bem como gregos (Atos 11:20).

Cláudio e o Cristianismo 41-54 A.D.

O reinado de Cláudio (41-54 A.D.) pode ser caracterizado como uma restauração da política de tolerância religiosa de Tibério. Para os judeus, Cláudio lhes restaurou os privilégios religiosos pelo edito de 41 A.D., e ao colocar a Judéia diretamente sob o domínio de um rei judeu, Agripa I (41-44 A.D.). A política de Cláudio para com os cristãos pode ser deduzida principalmente pelas ações seguidas por seus magistrados ao com eles lidar. Por exemplo, Lucas sugere que a cessação temporária do direto controle romano sobre a Judéia, durante o reinado do rei judeu Agripa I (41-44 A.D.), provocou a imediata retomada da perseguição contra os seguidores de Cristo: "E vendo (o rei Herodes) que isso agradara aos judeus, continuou, mandando prender também a Pedro" (Atos 12:1-3). A situação mudou com a morte de Agripa (44 A.D.). A Judéia voltou ao direto controle romano e, de acordo com Lucas, a igreja palestina não experimentou nenhuma perseguição de vulto até a prisão de Paulo (cerca de 58 A.D.).¹⁰

Lucas torna claro que, na diáspora, a administração romana favoreceu a expansão do cristianismo, ao restringir ou impedir a perseguição judaica da igreja. Em Chipre, por exemplo, o cenário do primeiro encontro cristão com autoridades romanas de fora da Palestina (cerca de 46-47 A.D.), o procônsul Sérgio Paulo, a despeito da dissuasão de um pro-

feta judeu, Bar-Jesus, "chamando a si Barnabé e Saulo procurava muito ouvir a Palavra de Deus" (Atos 13:7). A curiosidade daquele oficial romano pela mensagem cristã, que aceitou, sugere não só uma disposição favorável ao cristianismo, como também um conhecimento antecipado deste, possivelmente através de canais do governo.

Outras fontes sugerem que os círculos do governo sabiam do cristianismo. Por volta da metade do primeiro século, o historiador Thallus, um helenista samaritano, uniu-se à corte imperial, querendo explicar como fenômeno natural (eclipse solar) as três horas de trevas que se seguiram à morte de Cristo.¹¹ Uma inscrição romana anterior a 38 A.D. menciona uma certa *Incanthus Chrestianus*, serva de uma cunhada de Tibério, Antônia Drusi.¹² O nome "chrestianus", um erro ortográfico de "Christus", sugere uma afiliação cristã. Mais significativa é a possível conversão ao cristianismo de Pompina Graecina, sobrinha de Tibério e esposa de Aulo Pláutius, o conquistador da Bretanha. Sua conversão, segundo referência de Tácito, foi considerada como estando associada a "superstição estranha" (*superstitio externa*),¹³ pecha em geral dirigida contra os cristãos. Outra indicação é fornecida pelos funerais de um descendente de cristão, *Pomponius Grekeinos*, na catacumba de São Calixto. Essa indicação sugere conhecimento do cristianismo e interesse nele entre algumas pessoas dos círculos imperial e senatorial.

Esta conclusão é sustentada pelo relato de Lucas da ação praticada por certos oficiais romanos para com líderes cristãos. O Procônsul da Acaia, Júnio Lúcio Gallio (irmão de Sêneca) ignorou a acusação feita pelos judeus de Corinto contra Paulo, de persuadir "os homens a servir a Deus contra a lei" (Atos 18:12), declarando ser o assunto apenas "questão de palavras, e de nomes, e da lei que entre vós há" (Atos 18:15). Semelhantemente, em Éfeso as autoridades civis tomaram medidas para proteger os pregadores cristãos. Enquanto o escrivão da cidade absolvía os companheiros de Paulo, Gaio e Aristarco, da acusação de atos de sacrilégio contra Artêmis (Atos 19:37), os "principais da Ásia, que eram seus amigos, lhe rogaram que não se apresentasse no teatro" (Atos 19:31). Os principais da Ásia eram os representantes das cidades provincianas para a *comuna* da Ásia, e assim eles representavam os mais estreitos laços entre a administração provincial e o governo romano. O fato de os principais da Ásia e os ma-

gistrados efésios avisarem e protegerem Paulo e seus colaboradores do fanatismo da multidão, reflete uma compreensão de sua parte para com a natureza inofensiva do cristianismo e uma implementação da política romana de tolerância para com ele.

Nero e o Cristianismo até 62 A.D.

A política romana para com o cristianismo durante a primeira parte do reinado de Nero (até 62 A.D.), parece ter sido basicamente uma continuação da tradição tibério-claudiana. Notai, por exemplo, aque alimentavam a intranquilidade e revoltas. Não obstante, mesmo essas considerações políticas não induziram Festo a entregar Paulo às autoridades judaicas para ser condenado. Seu conhecimento de que Paulo "nenhuma coisa digna de morte fizera" (Atos 25:25), parece tê-lo impedido de conferir ao Sinédrio o direito de julgar o apóstolo.

Além disso, deve-se fazer menção à execução de Tiago e outros líderes, em 62 A.D. De acordo com Josefo, o sumo sacerdote Ananias conseguiu fazer com que aqueles líderes da igreja fossem processados e executados durante o tempo que ficou entre a morte repentina de Festo e a chegada de seu sucessor, Albino. (*Ant.* 20.9.1). O fato de ter o sumo sacerdote tirado vantagem da ausência temporária de um procurador romano para agir, sugere que a presença desse oficial impedia tais ações. De fato, o novo procurador Albino, enquanto ainda se encontrava em Alexandria, escreveu a Ananias condenando-o severamente por sua atitude; e, pela mesma razão, Agripa o havia deposto da função sumo-sacerdotal. Ao tornarem moderada e restringirem a perseguição judaica, as autoridades romanas favoreceram a expansão do cristianismo.

A prisão e julgamento romanos de Paulo oferecem esclarecimento adicional sobre a atitude das autoridades romanas para com o cristianismo. Lucas fala da liberdade de que gozava o apóstolo, enquanto foi prisioneiro: "E Paulo ficou dois anos inteiros na sua própria habitação que alugara, e recebia todos quantos vinham vê-lo, pregando o reino de Deus, e ensinando com toda a liberdade as coisas pertencentes ao Senhor Jesus Cristo, sem impedimento algum" (Atos 28:30 e 31). Implicitamente, Paulo confirma o relato de Lucas, quando fala do evangelho entre os guar-

das pretorianos e os "da casa de César" (Filip. 1:13; 4:22). Se o primeiro julgamento de Paulo ocorreu em 62 A.D., como querem muitos eruditos, concebe-se que o prefeito pretoriano Sexto Afrânio Burro e o estoíco Sêneca foram influentes em determinar a primeira absolvição de Paulo, uma vez que eram conselheiros-chave de Nero até aquele ano e parte de seu *consilium*.¹⁴ A tradição cristã posterior de uma alegada correspondência entre Paulo e Sêneca, sugere a possibilidade de que Sêneca se familiarizou com Paulo, especialmente uma vez que o irmão amado de Sêneca, Gallio, ouviu e absolveu Paulo em Corinto, em 51 A.D., e uma vez que o próprio Paulo afirmou ter tido amigos cristãos "na casa de César" (Filip. 4:22).

A tolerância romana para com os cristãos terminou em 62 A.D. A mudança na política de Nero é indicada e/ou foi influenciada por vários acontecimentos concomitantes: a morte misteriosa do prefeito Burro; a remoção da influência restritiva de conselheiros estoícos, tais como Sêneca; o repúdio, por parte de Nero, de sua legítima esposa Otávia, para unir-se com sua amante judia Popéia; e o rompimento do imperador com a classe senatorial.

O idealismo estoíco que influenciava os imperadores e administradores romanos, pode oferecer a chave para o início da tolerância romana para com o cristianismo, como também para o respeito dos cristãos ao governo romano. Embora o cristianismo e o estoicismo diferissem profundamente em seus conceitos religiosos, eram surpreendentemente semelhantes quanto à visão dos valores morais, dos direitos e deveres civis e da crença na ausência de divindade do imperador.¹⁵ Esses ideais comuns podem ter influenciado os oficiais romanos a rejeitarem as acusações anticristãs populares de sedição e atos de sacrilégio, e a entender que o movimento cristão não oferecia nenhuma ameaça à segurança do Estado. De sua parte, os cristãos se abstiveram de atacar os políticos romanos. Os escritos apostólicos pedem submissão às autoridades "superiores" como sendo "ordenadas por Deus" (Rom. 13:1). A única voz romana anticristã deve ser encontrada no livro de Apocalipse. Isso reflete o novo clima político no qual as demandas teocráticas dos últimos imperadores do primeiro século (Nero e Domiciano) colidiram frontalmente com o reconhecimento cristão exclusivo da liderança de Cristo.

No segundo século, quando os cristãos enfrentaram a ignomínia não só das massas, mas também dos intelectuais e magistrados,

eles se lembravam da primitiva tolerância romana e para ela apelavam. Melito de Sardes, cerca de 175 A.D., afirma que a intolerância romana para com o cristianismo começou com Nero.¹⁶ Este argumento, muitas vezes repetido pelos Apologistas,¹⁷ dificilmente pode ser tratado como uma fabricação da apologetica dos cristãos do segundo século.

Dessa forma, parece que até a parte mais inicial do reinado de Nero (cerca de 62 A.D.), o governo romano favoreceu a expansão do cristianismo ao reprimir as forças hostis anticristãs. Parece que Paulo sentia que a função restritiva do governo romano deveria logo cessar, quando escreveu: "Porque já o mistério da injustiça opera: somente há um que agora resiste até que do meio seja tirado" (II Tess. 2:7).

Bibliografia

1. Ver S. Mar. 14:1; 23:1-25; S. João 11 47-50; 18:38; 19:6; Atos 3.13,14 e 17. Sobre a responsabilidade que o Novo Testamento atribui aos judeus pela acusação e condenação de Cristo, ver Samuel Sandmel, *Ant. Semitism in the New Testament* (Filadélfia, 1979); Gerard Sloyan, *Jesus on Trial* (Filadélfia, 1973).

2. A evidência e a extensa correspondência entre os governadores e imperadores são apresentadas pelas *Letters of Pliny* (Cartas de Plínio). As cartas informam Trajano praticamente sobre todo novo desenvolvimento na província da Bitínia, e pede orientação sobre uma grande variedade de assuntos.

3. Tertuliano, *Apology* 5. ANF III 22; cf. Capítulo 22 Justino Mártir, em *I Apology*, apela duas vezes (cap. 35 e 48) para os "Acts of Pontius Pilate" para dar substância ao seu relato da crucificação de Cristo. Custa crer que Justino iria desaiar os romanos a examinarem seu relato lendo os "Atos de Pilatos", se tal documento não existisse ou não estivesse facilmente disponível. As versões existentes dos "Acts and Letters of Pilate" (Atos e Cartas de Pilatos) são uma clara invenção cristã, mas talvez estejam baseadas numa genuína tradição histórica.

4. Falando do escurecimento do Sol por ocasião da crucificação, Tertuliano diz que estes relatos "vós mesmos (os romanos) ainda os tendes em vossos arquivos" (*Apology* 21, ANF III: 35). Eusébio também diz claramente que Pilatos "deu também um relato de outros prodígios que aprendera dele (Cristo) e de como, após Sua morte, tendo ressurgido dos mortos, muitos acreditavam que fosse um Deus" (*Church History* 2. 2. 2. NPNF segunda Série I: 105).

5. Por exemplo, J. Beaujeu, em seu artigo "L'incendie de Rome en 64 et les chrétiens", *Latomus* 19 (1960): 33ff., rejeita a historicidade do relato de Tertuliano, considerando-o como uma piedosa criação cristã do fim do primeiro século. E. E. Volterra a princípio rejeitou, mas depois aceitou, a autenticidade do relato de Tertuliano (ver *Scritti in onore di C. Fezzini* [Milão, 1947], vol. I, págs. 471 em diante). F. Scheidweiler acredita que a carta de Pilatos a Tibério, mencionada por Tertuliano, deve ter sido "um documento cristão apócrifo" conhecido pelo escritor ("The Gospel of Nicodemus", em *New Testament Apocrypha*, ed. Edgar Hennecke [Filadélfia, 1963], I, pág. 444).

6. Uma intensa e poderosa discussão é apresentada por Marta Sordi em "I primi rapporti fra lo Stato romano e il Cristianesimo", *Rendiconti Accademia Nazionale Lincei* 12 (1957): 58-93; e "Sui primi rapporti dell'autorità romana con il Cristianesimo", *Studi Romani* 8 (1960): 393-409; e *Il Cristianesimo e Roma*, Instituto di Studi Romani 19 (Bolonha, 1965), págs. 21 a 31. Marta Sordi fala convincentemente em favor da historicidade do relato de Tertuliano quanto ao relatório de Pilatos e à proposta de Tibério ao Senado. Ela vê a decisão negativa do Senado como a base judicial da perseguição posterior aos cristãos. Vincenzo Monachino defende basicamente o ponto de vista de Sordi em *Le persecuzioni e la polemica pagano-cristiana* (Roma, 1974) págs. 21 a 24. Ver também G. Papini, *Il Cesare della crocifissione* (Roma, 1934), págs. 40 em diante; C. Cecchelli, *Studi in onore di Calceolari e Paribeni* (Milão, 1956), págs. 351, em diante.

7. Eusébio, *Hieronymi Chronicon*, em *Die griechischen christlichen Schriftsteller* 47, ed. R. Helm (Leipzig, 1956), págs. 176-177. *Chronicon* de Eusébio é usada pelo autor bizantino do sétimo século, da *Chronicon Paschale* para estabelecer a data consular de 35 A.D., para o relato de Pilatos, no consulado de Gallio e Noniano *Chronicon Paschale*, ed. L. Dindorf em *Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae* [Bonn, 1832], pág. 430.

8. Sobre Thallus, ver nota 18.

9. O histórico Dio Cássio romano dá a seguinte descrição do interesse de Tibério pela astrologia e a magia: "Tibério, além disso, estava sempre em companhia de Trábulo e fazia certo uso da arte da adivinhação cada dia, tornando-se tão eficiente nesse assunto, que quando foi certa vez solicitado em sonho a dar dinheiro a um certo homem, entendeu que um espírito fora chamado perante ele por engano e assim levou o homem à morte" (Ro-

man History, 57 15, 7-9, trad. Earnest Cary [Cambridge, Massachusetts, 1924], pág. 153) Suetônio diz que Tibério era indiferente para com os deuses e as religiões, devotando-se antes à matemática e à mágica (Tiberius 69). Tácito também informa que Tibério foi instruído em Rhodas na ciência dos caldeus (The Annals 60 20). Quanta à influência de Trásibulo sobre a política de Tibério, ver Frederick H. Cramer, *Astrology in Roman Law and Politics* (Filadélfia, 1954), págs. 92-108.

10. É interessante notar que Lucas relaciona a morte do rei perseguidor com a expansão do cristianismo. "E [Agripa I], comido de bichos, espirrou. E a palavra de Deus crescia e se multiplicava" (Atos 12:23 e 24). Possivelmente, com a volta da Judéia ao direto controle de Roma, o Sinédrio teria sido impedido de tomar decisões contra os seguidores de Cristo.

11. A explicação de Thallus é relatada por Júlio Africano, cujo texto foi preservado pelo historiador bizantino George Sincelo (c. A.D. 800) e foi publicado por E. Schurer. *Geschichte des jüdischen Volkes im Zeitalter Jesu-Christi* (Leipzig, 1909), vol. III, pág. 494. O significado do testemunho frag-

mentário de Thallus é notado por F.F. Bruce, que assinala: "Convém notar que por volta da metade do primeiro século A.D., a história tradicional da morte de Cristo era conhecida em círculos não cristãos em Roma" *The Spreading Flame* [Grand Rapids, Michigan, 1958], pág. 137.

12. *Corpus Inscriptionum Latinorum* (Berlin, 1863-1893), vol. VI, nº 24944.

13. Tácito, *The Annals* 13 e 32. Sobre a acusação de "superstição" usada contra os cristãos, ver, por exemplo, Tácito, *The Annals* 15 e 44; Suetônio, *Vita Neronis* 16; Plínio, *Letters to Trajan* 10 e 96.

14. Tácito descreve Burro e Sêneca como conselheiros-chave de Nero até 62 A.D. (*The Annals* 14, 52).

15. Para uma comparação perceptiva das semelhanças entre o Estoicismo e o Cristianismo, ver J. B. Lightfoot, *Epístola de São Paulo aos Filipenses* (Nova Iorque, 1896), pág. 173.

16. Citado por Eusébio, *Church History* 4, 26, 8.

17. Ver Tertuliano, *Apology* 5; Ad nações 7; Sulpício Severo, *Crônica* 2, 29, 3.

GEORGE W. BROWN — Presidente da Divisão Interamericana

Interamericana: O Clímax da Colheita 90

Por ocasião da sessão da Associação Geral de 1985, em Nova Orleans, a Divisão Interamericana respondeu ao desafio de COLHEITA 90, proclamando sua entrega incondicional com avanço evangelístico, em nível de Divisão, de uma magnitude sem precedentes. A fim de estabelecer alvos específicos que contribuam para pôr em execução um programa agressivo de COLHEITA 90 durante o quinquênio, a Interamericana concentrou seus esforços, recursos e potencial humano em três objetivos básicos:

1. Duplicar os resultados, em ganho de almas, dos Mil Dias de Colheita em cada união, campo e igreja local, a fim de acrescentar 400.000 novos membros, por meio do batismo, ao rol de membros da igreja.

2. Duplicar o número de novas igrejas organizadas durante os Mil Dias de Colheita. Como resultado, isto daria a organização de 1.060 novas igrejas durante COLHEITA 90.

3. Alcançar um número de 1.225.000 membros batizados, e um acréscimo de 1,5 milhão de membros da Escola Sabatina.

Num esforço conjunto para alcançar estes três objetivos, a Divisão Interamericana colocou em operação uma série de programas e atividades que se tornaram o resultado da oração coletiva, do pensamento conjunto, da planificação estratégica, e a inversão de uma quantidade substancial de fundos em nosso programa evangelístico. A planificação geral, e a execução dessas atividades, tornaram-se o resultado do esforço unido de administradores, leigos e

ministros, trabalhando juntos. Nenhum programa evangelístico da igreja pode ser planejado ou posto em prática sem a participação unânime e entusiasta dos leigos e pastores. Esse avanço evangelista conjunto, guiado pelo Espírito Santo, pôs em andamento uma nova paixão por encontrar os perdidos, "esticando as cordas evangelísticas e firmando as estacas" mediante a participação e consolidação dos membros.

A realização destes três objetivos básicos de COLHEITA 90, compreende três fases de atividades relacionadas entre si:

1. Motivar e treinar dirigentes em todos os níveis da igreja;

2. Conquistar novos conversos para a mensagem;

3. Cuidar dos membros e confirmá-los.

Durante todo o período que abrange COLHEITA 90, a motivação e treinamento dos leigos tem ajudado a manter a igreja, em sua totalidade, envolvida com grande entusiasmo num evangelismo produtivo. O Departamento dos Ministérios da Igreja da Divisão dirige e manteve um programa de preparo de pregadores leigos que resultou em mais de 100 mil pregadores leigos. Para motivar e mobilizar ainda mais a igreja, no que diz respeito ao evangelismo, organizou-se o festival de leigos. Esse expediente, singular como incentivo, serve para unir pastores e membros na conquista de almas, o que continua produzindo milhares de novos conversos para a igreja.

Entre os principais métodos que continuam

dando resultados extraordinários na conversão de almas, encontra-se o plano de campanhas evangelísticas em nível nacional e internacional. O impacto produzido por este enfoque tão especial para com o evangelismo, tem sido extraordinário.

Nestas campanhas nacionais e multinacionais, o território de uma determinada associação ou união é estabelecido como alvo para uma evangelização maciça. Escolhem-se centenas de centros de evangelismo, bem como leigos, tanto homens como mulheres, os quais se ocupam em preparar o território como um todo. Além disso, escolhem-se centenas de pastores, leigos, administradores e outros obreiros denominacionais para servir de oradores. Numa data convencionada, são iniciadas simultaneamente centenas de campanhas evangelísticas, que continuam por várias semanas, ou meses, de acordo com a programação.

Com a finalidade de dar mais impulso e novas dimensões a um programa evangelístico mais agressivo, a Divisão Interamericana escolheu três novos secretários ministeriais que ocupam a maior parte do seu tempo e energia coordenando e dirigindo grandes programas de evangelismo público. Este novo plano já está resultando em milhares de novos conversos para a igreja.

Auspiciadas e coordenadas pela Associação Ministerial da Divisão, estas campanhas nacionais e multinacionais já foram levadas a efeito em várias uniões com sucesso espetacular. Muitas delas estão atualmente em andamento, e até 1990 continuarão aumentando em número em toda a Interamericana.

Sem dúvida alguma, a maior e mais saliente das campanhas será a Campanha Mega México, programada para 1989. Nessa campanha evangelística maciça, trezentos centros evangelísticos estarão simultaneamente em andamento por toda a Cidade do México. A dupla finalidade desse empreendimento evangelístico sem precedentes é causar um impacto na Cidade do México com a Mensagem Adventista. Espera-se que essa campanha nacional resulte em 3.000 novos conversos que se

unirão à igreja por meio do batismo. Tenciona-se organizar umas 30 novas igrejas durante esta campanha.

Mais de 30 pastores e pregadores leigos tomarão parte como pregadores, ao passo que vários milhares de leigos, homens e mulheres, participarão de diversos projetos e atividades que serão realizados em toda a cidade, em prol da conquista de almas.

Nos últimos dois anos e meio que restam de COLHEITA 90, cada departamento da igreja estará ocupado numa grande promoção evangelística. Sob a direção do Espírito Santo, essa promoção evangelística aumentará em intensidade. Procurará motivar e envolver cada obreiro denominacional, cada leigo, cada instituição denominacional, cada organização e cada departamento da igreja num evangelismo ativo.

Um fator importante para alcançar o objetivo COLHEITA 90 é o papel dinâmico que desempenha o ministério de publicações, que procura atingir o alvo de 6.000 colportores e, dessa maneira, intensificar o programa pró-ganho de almas da igreja, mediante o ministério de publicações. Em resumo, nenhum setor da igreja ficará isento da participação direta em COLHEITA 90.

Estes três objetivos específicos de COLHEITA 90 fazem parte integrante de um plano-mestre mais amplo e mais abrangente para a evangelização de toda a Interamericana. Servem como um poderoso trampolim para o treinamento, motivação e mobilização de toda a igreja, ao cumprir a ordem de terminar a obra e apressar o estabelecimento do reino de Deus. Enquanto não atingimos esse supremo objetivo, a Interamericana intensificará seus esforços de bombardear e saturar todos os seus habitantes com a mensagem adventista. Além disso, o dinâmico lema da igreja continuará sendo:

De país em país até o último país;
De cidade em cidade até a última;
De casa em casa até a última casa;
De pessoa em pessoa até a última pessoa.

Uma coisa precisa ser dita: Nós temos o livro que você necessita. Leia os livros da Casa.

O Programa de Educação Contínua

Tanto na Palavra de Deus como nos escritos de Ellen White, encontramos muitos conselhos para que o filho de Deus estude e adquira conhecimentos que possam capacitá-lo melhor a servir ao Senhor. Salomão não só diz que “o temor do Senhor é o princípio da sabedoria”, mas contrasta esta declaração, dizendo: “Os loucos desprezam a sabedoria e a instrução” (Prov. 1.7). Colocando a segunda parte do versículo em sentido positivo, poderíamos dizer, então: Os sábios prezam muito a sabedoria e a instrução, porque o princípio da sabedoria é o temor do Senhor.

Atraem-nos a atenção as palavras ditas pelo sábio pouco antes das que acabamos de comentar: “Para o sábio ouvir e crescer em sabedoria” (Prov. 1:5). Segundo esta declaração, o sábio terá permanente interesse em aumentar o seu conhecimento. Ellen White fala do mesmo assunto em *Obreiros Evangélicos*, quando diz: “Os homens de Deus precisam de ser diligentes no estudo, esforçados na aquisição de conhecimentos, nunca desperdiçando uma hora. Mediante esforços perseverantes, podem atingir quase qualquer grande eminência como cristãos, como homens de poder e influência” (*Obreiros Evangélicos*, pág. 278). Os objetivos do aumento do saber e da elevação dos servos de Deus a um maior grau de eficiência no desempenho de qualquer ministério, acham-se bem na base do que se conhece com o nome de Educação Contínua.

Em nenhuma profissão se pode continuar desempenhando com êxito uma atividade com o preparo que se adquiriu ontem. Num mundo como o nosso, que dia a dia vê o vertiginoso avanço da tecnologia, não podemos, como ministros e filhos de Deus, agir diferente de todo profissional que procura ter um bom desempenho. Advogados, contadores, dentistas, médicos, enfermeiras e outros profissionais sentem a necessidade de aperfeiçoar seus conhecimentos e de atualizar-se em suas respectivas áreas.

Faz algum tempo, a Associação Ministerial da Associação Geral preparou um programa de Educação Contínua que esteve servindo

não só aos missionários dos Estados Unidos, como também a outras Divisões mundiais. Observando as vantagens que esse plano oferece, a Divisão Sul-Americana está organizando também um programa de Educação Contínua, a partir de um Centro de Educação Contínua em Brasília. A seguir, apresentamos informações gerais sobre esse programa que beneficiará não só os pastores e evangelistas, como também outros obreiros denominacionais, as esposas de missionários e também irmãos leigos.

Que é Educação Contínua?

Educação Contínua é um programa organizado para profissionais em serviço, ao invés de para aqueles que se estão preparando para uma profissão. Isto é, procura oferecer maior preparo, e até mesmo uma especialização, a pessoas que já estão desempenhando uma função.

O programa de Educação Contínua pretende oferecer ajuda a:

1. Os pastores adventistas e suas esposas;
2. Pastores não adventistas e suas esposas;
3. Administradores adventistas;
4. Obreiros de outras áreas e instituições; e
5. Líderes leigos de qualquer setor do programa da igreja.

O Centro de Educação Contínua

O programa de Educação Contínua na Divisão Sul-Americana será coordenado por um Centro de Educação Contínua (CEC) com sede em Brasília, onde serão preparados cursos do tipo ou estilo dos que são feitos por correspondência, e onde serão autorizados outros eventos que devem ser desenvolvidos em campos, instituições e uniões — todos eles outorgando um reconhecimento avaliado em Unidades de Educação Contínua (UEC).

Há uma comissão-diretora que orienta as atividades gerais e das pautas, para que se

possa levar a efeito este programa da maneira mais ampla possível, para alcançar (espera-se), todos os obreiros e leigos com a preocupação de um melhor serviço. Será vital para o bom êxito deste programa, que os secretários ministeriais, os departamentais de educação, publicações, obra médica e outros que têm em suas fileiras um numeroso grupo de colaboradores, além do Departamento de Ministérios da Igreja e qualquer outra atividade que una o trabalho dos leigos com o dos missionários credenciados, levem avante projetos, eventos e cursos que melhorem o preparo de todos os que têm interesse na imediata terminação da obra.

Possíveis Programas do Centro de Educação Contínua

A Educação Contínua é medida em Unidades de Educação Contínua (UEC), sem valor acadêmico. Contudo, a E.C. pode, em certos casos, ser ministrada na forma de educação acadêmica que leva a um diploma. Portanto, poderíamos, generalizando, englobar as atividades possíveis neste programa de três grupos:

1. Programas de Educação Contínua que concedem crédito acadêmico.

Estes seriam a participação dos obreiros e leigos interessados nos cursos regulares fornecidos pelo SALT e as matérias regulares do grau em bacharelato (para os que não tiverem este curso), e qualquer outro evento, como por exemplo os cursos denominacionais.

2. *Cursos de estudo individual.* Estes cursos, preparados pela Associação Ministerial, pelo Centro de Educação Contínua e por outros departamentos da igreja, constarão de um guia de estudo, livros de texto e cassetes ou outros materiais, que o interessado deverá estudar em sua própria casa.

3. *Eventos de grupo.* Especialmente no começo, este programa prestará seus benefícios em reuniões ou concílios de obreiros, nos quais será ministrada instrução em classe e cursos que levarão em conta os objetivos da Educação Contínua.

Funcionamento do Programa

Enquanto se preparam os cursos para estudo individual, o programa de Educação Contínua constará basicamente dos cursos organizados nas reuniões e cursos de obreiros, e dos cursos do SALT ou outros eventos organizados pelos campos e instituições no território de nossa Divisão.

Espera-se que cada missionário preencha cada ano 20 horas de estudos. Os registros de UEC alcançados serão obtidos pelos mesmos administradores que têm o registro de serviço dos missionários. As Unidades de Educação Contínua alcançadas pelos leigos também serão conservadas em registros levados por essas mesmas pessoas.

Já estão com os administradores de campo, com os secretários ministeriais e outros departamentais as várias instruções básicas para iniciar as atividades deste programa em todos os lugares de nosso território. Brevemente estará disponível um manual para o programa de Educação Contínua, para todos os que tiverem interesse em recebê-lo.

Convidamos os dirigentes da igreja, os secretários ministeriais e todo departamental envolvido, bem como a todo pastor e leigo interessado em conseguir um maior desenvolvimento de suas habilidades para o serviço, a fazerem a sua parte, a fim de que este programa obtenha o melhor resultado e para que os benefícios deste melhor preparo se manifestem no desenvolvimento de todos os ministérios que o Espírito Santo confiou à igreja.

Heróis de Todas as Épocas.

A fascinante história dos Valdenses. Seu filho vai gostar muito.

A Missão da Esposa do Pastor

Creio que uma das maiores preocupações com que nos defrontamos hoje é o papel das mulheres na liderança. Ao pensar na espécie de liderança que, como esposas de pastores, podemos ter o privilégio de exercer, veio-me à mente esta declaração: "A maior obra que pode ser realizada em nosso mundo é glorificar a Deus, vivendo o caráter de Cristo" (*Testimonies*, vol. 6, pág. 439). Para mim, esta é nossa missão como mulheres da igreja.

E como vivemos o caráter de Cristo? O livro *Educação*, de Ellen G. White, apresenta dez características da maneira pela qual o Mestre Se desincumbiu de Sua tarefa de liderança (ver págs. 73-96). Podemos viver melhor Seu caráter adotando-Lhe os métodos, associando-nos com outros como Ele se associava com aqueles aos quais era solicitados a salvar.

1. Cristo veio com o acumulado amor da eternidade. Um dia perguntei a minha neta quanto ela me amava. Ela pensou um pouco, e depois estendendo os bracinhos, disse: "Vovó, meus braços não são suficientemente grandes para Lhe mostrar." Considerei isso uma ilustração muito bela — não há nenhum meio pelo qual possamos realmente compreender o significado da vinda de Cristo a este mundo com o acumulado amor da eternidade. Se o amor de Cristo permear nossos esforços para trazer nossos semelhantes a Ele, então nossa missão como esposas de pastores será bem-sucedida, pois o amor é a base de todo crescimento - físico, mental e espiritual.

2. Cristo tem um coração compreensivo. Alguns têm dito que aquele que procura transformar a humanidade, deve ele próprio compreender a humanidade. Somente Cristo possuía perfeita compreensão. Tal compreensão dos outros pode incluir simpatia, sentimento de pesar *por* eles, mas, ainda mais importante, inclui empatia, sentimento de pesar *com* eles.

Quando um de nossos filhos era apenas um garotinho, seu cão *terrier*, ao qual ele amava muito, foi atropelado. Quando ele pensava em Spotty, sentava-se atrás da casa e chorava em silêncio; as lágrimas Lhe corriam pela face. Uma menina vizinha, vendo-o chorar, aproximou-se dele e Lhe perguntou: "O que aconteceu?" Meu filho respondeu: "Spotty foi atropelado". Ela olhou para ele um instante, e depois perguntou: "Morreu?" "Morreu", disse ele. Então ela se assentou ao seu lado, pôs o braço em torno dele, e começou a chorar copiosamente. Ela possuía um coração compreensivo. Não apenas sentiu tristeza por ele, mas se entristeceu com ele.

Cristo não somente veio com o acumulado amor da eternidade, mas uma vez que criou os homens e as mulheres, tem por eles perfeita compreensão. Se nos cumpre satisfazer as necessidades do mundo, devemos, como Salomão, orar: "Dá a Teu servo um coração compreensivo".

3. Cristo arrazoa da causa para o efeito. Vemos as pessoas fazerem coisas que nos parecem muito estranhas, e perguntamos: "Como podem elas agir dessa maneira?" Nossas perguntas surgem pelo fato de não Lhes compreendermos as circunstâncias da vida. Cristo, porém, raciocinava da causa para o efeito. A fim de entendermos o que isso significa, venham comigo ao pátio do templo, onde Cristo e alguns dos Seus discípulos estão reunidos. Um grupo de ouvintes O cerca, enquanto Ele ensina. De repente, um som confuso Lhe atrai a atenção, e ao se voltarem eles vêem um grupo de homens ora puxando, ora empurrando uma mulher na direção de Cristo. Quando aqueles homens chegam onde Ele está dizem: "Esta mulher foi apanhada no ato do adultério. Devemos apedrejá-la? A lei de Moisés diz que ela deve ser apedrejada."

Os homens não estão preocupados com a mulher e tampouco com seu pecado. O que desejam mesmo é envolver a Cristo numa cilada. Se Ele disser: "Sim, apedrejem-na, en-

tão eles podem ir aos governantes romanos e dizer: "Jesus assumiu a autoridade que lhe é reservada". Se disser: "Não a apedrejem", eles podem afirmar diante do resto do povo judeu que Ele rejeita a lei de Moisés.

Jesus considera a situação como um todo. Lê a história da vida da mulher — raciocina da causa para o efeito. Sabe que cada um dos indivíduos que a trouxeram a Sua presença, levou-a àquele pecado.

Agindo como se não lhes tivesse ouvido a pergunta, Jesus Se inclina e escreve no chão, onde a próxima brisa apagará o que Ele escreveu. Às vezes tenho pensado no que Ele escreveu. Mas, conhecemos a história — enquanto Ele escreve, um por um os acusadores desaparecem com a face enrubescida. A seguir, erguendo os olhos, Jesus diz à mulher: "Ninguém te condenou?" E, pela primeira vez, a pobre e assustada mulher ousa erguer os olhos e olhar para Sua face. A compreensão que ela observa ali é confirmada por Suas palavras: "Nem Eu também te condeno: vai, e não peques mais."

Porque olhava para as causas que se encontravam atrás dos efeitos, Cristo compreendia as pessoas. Ao passo que não justificava o pecado, Ele estava disposto a perdoar o pecador. Se pudessemos entender a vida daqueles aos quais podemos condenar, também diríamos: "Não te condeno".

4. Cristo Se associava intimamente com aqueles aos quais esperava salvar. Dizem as Escrituras: "Habitou entre nós" (S. João 1:14). A palavra grega no original para *habitar* dá a impressão de Cristo armando Sua tenda entre as dos filhos dos homens. Ele não falava de alguma posição que se elevava acima do comum das pessoas - Ele Se unia a elas em todas as suas atividades. Os que escolheu para serem Seus íntimos seguidores, comiam, viam e andavam com Ele.

Não podemos erguer ou ajudar aqueles aos quais desprezamos ou consideramos como menos privilegiados. Se quisermos exercer influência como líderes, devemos percorrer o caminho daqueles a quem desejamos ajudar.

5. Cristo foi um ardoroso reprovador do pecado. Jamais houve alguém que odiasse tanto o pecado. A denúncia que fazia do pecado era muitas vezes forte. Estais lembrados de que Ele disse certa vez a Pedro: "Para trás de Mim, Satanás". E chamou de hipócritas os escribas e fariseus. Seu amor, porém, atraía aqueles aos quais reprovava. Jamais falou a verdade sem amor. Nunca feria desnecessariamente uma alma sensível. Poder-se-ia dizer

isto de nós? "Necessitam aprender a respeito de repreensão que é amor, do golpe que fere para curar, da advertência que fala de esperança" (*Atos dos Apóstolos*, pág. 516).

6. Cristo ensinava as pessoas individualmente. Ele não falava às massas — e mesmo quando o fazia, observava o rosto das pessoas. Quando uma fisionomia revelava dúvida ou falta de compreensão, mais adiante acrescentava ilustrações do princípio que estava ensinando.

7. Quando ensinava, Cristo usava ilustrações com as quais as pessoas estavam familiarizadas. Ele não falava em linguagem abstrata. "Considerai os lírios", dizia, ao andar pelo caminho. Ao ver um cortejo nupcial em movimento, falou das dez virgens. Ao andar pelo campo, falou de um homem que semeou sua terra.

Se quisermos ser líderes e professores, devemos usar ilustrações comuns à vida de nossos ouvintes. Tais ilustrações, além de comunicarem melhor, serão lembradas por nossos ouvintes ao ocorrerem em sua vida as lições que ensinamos.

8. Cristo via infinitas possibilidades em cada indivíduo a quem desejava salvar. Pense às vezes naqueles que vêm a nós; nas pessoas que encontramos pelo caminho. Muitas vezes somos tentados a dizer que não há nenhuma esperança para tais indivíduos. Pensamos em sua origem. Queremos saber de onde vêm. Cristo, porém, via em cada indivíduo as infinitas possibilidades de que seria capaz, caso a pessoa fosse transformada pelo amor divino. Se quisermos ser representantes de Cristo e refletir-Lhe o caráter, não devemos considerar sem esperança ou de pouco valor nenhuma pessoa. Não sabemos o que Cristo pretende fazer com o material aparentemente sem utilidade.

Jamais posso esquecer um jovem que veio para o colégio quando eu estava na sexta série. Órfão, Carlos tivera que trabalhar durante toda sua existência, e havia passado de uma família para outra. Um representante do colégio, porém, visitou naquela ocasião a comunidade na qual morava Carlos, e o convidou a voltar à escola. Incentivado, aos 16 anos de idade ele voltou à sala de aulas, juntamente com as crianças de 11 e 12 anos.

Não foi fácil voltar à escola. Ele ia colportar nas férias, e muitas vezes voltava para a escola em frangalhos. Seus estudos sempre lhe foram difíceis. Ele, porém, jamais os abandonou. Finalmente, dedicou a vida à obra médico-missionária e ao guimento da humanidade; e

hoje há um hospital com o seu nome.

Estou certa de que muitas pessoas terão dito: "É esforço inútil recolocá-lo na escola com essa idade." Cristo, porém, via infinitas possibilidades onde para outros parecia haver apenas material inútil.

9. Porque olha para as pessoas com confiança, Cristo inspira esperança. Quando Cristo e Seus discípulos passavam por Gá-dara, dois endemoninhados lhes correram ao encontro, clamando: "Que temos nós contigo, Filho de Davi? Deixa-nos — vai embora." Mas, apesar de suas imprecações, Cristo ouviu o clamor por auxílio e, olhando para eles com confiança, inspirou esperança. Eles viram em Seu olhar a certeza de que havia um futuro para eles.

Quando olhamos para as pessoas com esperança, inspiramos confiança; e, quando há confiança, há crescimento. Esta característica do Mestre, de revelar confiança no indivíduo, habilita esse indivíduo para tornar-se de grande utilidade na obra do Senhor.

O princípio de revelar confiança e fé é importante em especial quando se lida com pessoas jovens. Aprendi uma lição valiosa acerca de confiar nas pessoas jovens, quando um de nossos dois filhos, que estava trabalhando na Associação Geral como impressor, estava aprendendo a guiar. Eu estivera hesitando em entregar-lhe o molho de chaves do carro da família. Certo dia, ele entrou em casa balançando um molho de chaves. Quando lhe perguntei que chaves eram aquelas, ele respondeu: "São as chaves do novo carro do patrão. *Ele confia em mim!* Ele me pediu para buscar alguns trabalhos impressos no centro do D.C."

Foi somente vários anos mais tarde que descobri quão importante para aquele jovem de 16 anos de idade era o fato de o patrão ter nele confiado. Um de seus amigos contou-me a história. No dia em que ele e outros amigos de nosso filho souberam que o patrão lhe dera as chaves do novo carro, eles tiveram uma idéia luminosa. Tomaram o ônibus até uma loja onde sabiam que ele estava entregando um pacote de impressos. Quando ele saiu da loja, um deles disse: "O patrão não sabe quanto tempo leva para você fazer suas entregas. Entraremos no carro com você e você nos levará ao pátio de manobras para fazermos a parte de que necessitamos para tirar nossa carteira de habilitação."

O amigo disse: "Seu filho olhou as chaves por um momento, e depois respondeu: 'Sei que ele não pode controlar o meu tempo, mas ele confiou em mim e não posso trair sua confiança.'"

10. Finalmente, Cristo viveu o que ensinou. Se se puder dizer isto de nós, então seremos líderes eficientes. Mas só podemos viver a fé que professamos se Cristo habitar-nos o coração. Não podemos, por nossos próprios talentos ou dons, atrair os pecadores para nosso Salvador.

Cristo viveu para fazer os outros felizes, porque isso fazia parte de Sua natureza. O amor que Lhe inundava o coração, levava-O a alcançar a todos que Lhe ficavam ao redor. Se nós, que somos esposas de pastores, desejamos ser Suas representantes, se queremos cumprir nossa missão, refletindo-Lhe o caráter, cumpre-nos viver e trabalhar no espírito de Cristo.

L. P. TOLHURST

Estabelecendo a Data de 457 A.C.

Os adventistas do Sétimo dia crêem que "a ordem para restaurar e para edificar Jerusalém" (Dan. 9:25) não só marca o início da profecia das 70 semanas dessa passagem, como também o começo dos 2300

dias mencionados em Daniel 8:14. Cremos que esta última profecia chega até o ano de 1844, e nos indica, assim, como o povo de Deus que surgiu na ocasião certa para proclamar a derradeira mensagem de advertên-

cia ao mundo. Se estamos certos, devemos então estar capacitados a justificar nossa preensão, apresentando evidência que a apóie.

Três decretos persas desempenharam papéis na restauração do povo de Deus, do cativo instituído pelos babilônios.¹ Confirmar nossa interpretação dessas profecias importantes de Daniel, depende de identificarmos e datarmos o decreto com que Deus entendeu que o cálculo do tempo devia começar.

Ciro baixou o primeiro decreto no primeiro ano de seu reinado, que ocorreu em 538/537 A.C. (ver Esdras 1:1; 6:1; e II Crôn. 36:22 e 23). A Bíblia não indica em que ocasião, no primeiro ano de seu reinado, foi baixado esse decreto, de maneira que não sabemos se o ano envolvido foi 538 ou 537 A.C. A Bíblia não nos diz também quando o grupo de Zorobabel deixou Babilônia e quando chegou a Jerusalém, de modo que não se sabe quando esse decreto começou a vigorar. A imprecisão da Bíblia quanto a estas particularidades argumenta contra ser este o decreto mais importante. Além disso, o decreto de Ciro não diz nada a respeito da restauração da cidade. Fala apenas da reconstrução do Templo.

Outro indício de que este não é o verdadeiro decreto, é que ele não concorda com a profecia de Daniel 9, sobre o tempo do aparecimento do Messias, o ungido. Tendo este decreto como ponto de partida, os 483 anos de que falou Daniel não chegam de maneira alguma perto do tempo de Jesus, nem se preocupa em identificar o ano do Seu batismo — Sua unção — que ocorreu em 27 A.D.

Por outro lado, as Escrituras não apresentam nenhuma data para o segundo decreto, o de Dario o Grande. Tudo o que sabemos é que ele foi baixado nos primeiros anos do seu reinado, pois, como resultado dele, o templo foi terminado e dedicado.² E como o decreto de Ciro, o de Dario relacionava-se com a restauração do Templo, não a da cidade. Obviamente, por não estabelecer um ponto de partida para a profecia, este decreto também não é muito útil.

Se Deus pretendia que um desses decretos marcasse o início de uma profecia de tempo tão importante como a dos 2300 anos, então certamente Ele deve ter sabido que pormenores precisavam ser relatados na Bíblia.

O decreto de Artaxerxes

É em conexão com o terceiro decreto — o do sétimo ano de Artaxerxes, relatado em Esdras 7:8 e 9 — que temos a informação ne-

cessária para situar no tempo essa profecia importante. É-nos dito, de conformidade com aquele decreto, que Esdras deixou Babilônia no primeiro dia de um mês do sétimo ano do reinado de Artaxerxes, e que ele e seu grupo chegaram a Jerusalém no primeiro dia do quinto mês do mesmo ano. A nenhum outro decreto é dado tal pormenor. Por si só, isto deveria despertar-nos a atenção. Certamente Deus nos está dizendo algo, ao ser tão explícito assim com respeito a esse decreto, e tão lacônico com relação aos outros dois.

Além disso, este decreto contribuiu para a restauração do governo local em escala não mencionada nos outros decretos (ver Esdras 7:21 a 28). Ele autorizava o judiciário a punir os culpados, permitindo à autoridade impor até mesmo a sentença de morte. E, como resultado desse decreto, Esdras começou a reconstruir a cidade — ver a carta a Artaxerxes em Esdras 4.

Todavia, o argumento mais forte talvez seja o fato de que, quando calculamos a profecia de Daniel 9, que usa a data desse decreto (457 A.C.) como indicando seu início, a profecia leva exatamente ao batismo de Jesus. De fato, Daniel 9:24 sugere que os acontecimentos que ocorrem durante as 70 semanas põem o selo da aprovação de Deus sobre a profecia como um todo. Eles revelam que a profecia foi divinamente concedida e, dessa forma, totalmente digna de confiança. E nenhuma data satisfaz nem de longe as exigências dessa profecia.

Obviamente, pois, o decreto que Deus desejava que usássemos é o de Esdras 7 — aquele que foi publicado no sétimo ano de Artaxerxes. Deus nos deu os pormenores a respeito de quando ele foi publicado e de quando entrou em vigor. E a precisão com que ele se relaciona com o batismo de Jesus, aponta-o como autêntico. Ela é exata demais para estar errada!

Tendo determinado que é o decreto de Artaxerxes que assinala o começo desses períodos proféticos, cumpre-nos mostrar agora que o ano em que ele baixou seu decreto foi realmente 457 A.C.

Métodos de datar dos babilônios e persas

No tempo dos persas, todos os acontecimentos e documentos eram datados em função do número do dia, do nome ou número do mês e do número do ano do reinado do rei atual. Por exemplo, como já vimos, Esdras

diz que partiu para Jerusalém no primeiro dia do mês primeiro do sétimo ano de Artaxerxes, ali chegando no primeiro dia do quinto mês do mesmo ano.

Quando morria um rei e um novo rei assumia o trono, a parte restante daquele ano era considerada o *ano da ascensão* do novo rei, mas não era contada como o primeiro ano do reinado do novo rei, nem assim denominada. Apenas o primeiro ano completo do calendário do reinado de um rei era chamado de seu primeiro ano. Como se pode ver facilmente, o ano de ascensão podia ser longo ou breve, dependendo de quando o novo rei subiu ao trono.

Para fixarmos a data de um acontecimento em termos do nosso calendário, os estudiosos tinham que primeiro determinar a sucessão dos reis e a duração do seu reinado. Os registros que os antigos escribas do rei forneciam são uma fonte de tal informação. Outra, é o método que Richard A. Parker e Waldo H. Dubberstein produziram ao reunirem a informação publicada em seu valioso livro *Babylonian Chronology: 626 B.C. — A.D. 75*.

O método de Parker e Dubberstein surgiu do fato de que milhares de tabletas, datados por seus autores para os reinados de antigos reis do Oriente Próximo, foram encontrados. Os dois homens imaginaram que, encontrando os três ou quatro tabletas que continham as datas mais recentes do reinado de cada rei, e os três ou quatro tabletas que continham as datas mais antigas do sucessor de cada um deles, poder-se-ia estabelecer com facilidade o ponto de transição de cada reino. Usando esse método, os estudiosos podem calcular o mês e às vezes até o dia do mês que um rei morreu e seu sucessor lhe ocupou o lugar. Dessa maneira, eles foram capazes de preencher a lista dos reis babilônicos e persas, juntamente, com particularidades seguras, como em que tempo cada um deles chegou ao trono e quanto tempo cada um reinou.

Para destinarem as datas anteriores a Cristo, do reinado desses reis, os estudiosos tiveram que dar mais um passo: encontrar a maneira de ligar os reinados desses reis a nossa escala antes de Cristo. Eles estabeleceram essa ligação por meio dos tabletas que registram e datam os eclipses que ocorreram nos dias daqueles reis. A maioria desses tabletas descreve em minúcias os eclipses que já ocorreram, mas pelo menos um prevê um eclipse naquele tempo ainda distante; ele devia ocorrer no sétimo ano de Cambises. Que eles eram capazes até de prever eclipses, revela o ele-

vado grau de conhecimento de astronomia daqueles povos antigos.

Enquanto os arqueólogos encontraram e traduziram os tabletas que descrevem os eclipses, os astrônomos foram capazes de calcular quando, em termos do nosso calendário, esses eclipses ocorreram. Assim, foi eliminado o trabalho de calcular, e foram conferidas datas precisas aos reinados desses antigos reis. Em termos de cronologia, os períodos babilônico e persa estão entre os melhores períodos documentados da História.

A data para o sétimo ano de Artaxerxes

Com uma riqueza de informação tal, relacionada com a cronologia desse período, podemos com confiança determinar a data, antes de Cristo, do sétimo ano do reinado de Artaxerxes.

Xerxes, o antecessor de Artaxerxes, foi assassinado aproximadamente entre 17 de dezembro de 465 A.C. e 3 de janeiro de 464 A.C. O tablete que leva a data mais antiga conhecida, desse reinado, está datado com o nono mês (que corresponde a dezembro) do seu vigésimo primeiro ano de reinado. E o papiro de Elefantina, do Egito, contém a primeira data conhecida, identificada com o reinado de Artaxerxes — equivalente ao nosso 3 de janeiro: 464 A.C. Uma vez que essa data procede dos registros originais do Egito, a maioria dos estudiosos concorda em que Xerxes morreu antes do fim de dezembro, pois é pouco provável que a notícia de sua morte e a da sucessão de Artaxerxes tenham ido da Pérsia ao Egito em três dias. Assim, parece certo que a morte de Xerxes deve ser datada no final de dezembro de 465 A.C.

Enquanto os judeus seguiam um calendário de primavera a primavera para seu ano religioso, com o correr do tempo eles passaram a usar também um segundo calendário — como muitas nações têm hoje em dia um ano fiscal, bem como um ano do calendário. Assim como o início e o fim de nossos anos fiscais diferem em seis meses do nosso calendário anual, de outono a outono o calendário judaico diferia em seis meses do calendário que ia de uma primavera a outra. E mais ou menos como os meses de nossos anos fiscais e do nosso calendário anual conservam os mesmos nomes, os *meses do calendário de primavera a primavera e de outono a outono conservaram os mesmos números*. Assim, enquanto o calendário de primavera a primave-

ra começa com o mês primeiro e termina com o mês doze, o calendário de outono a outono começa com o sétimo mês e finda com o mês seis.

Com esta informação, podemos estabelecer um limite de tempo para os primeiros anos de Artaxerxes e dessa forma chegar ao começo do importante sétimo ano do seu reinado. Calculamos esse ano de acordo com o calendário judaico de outono a outono — o calendário que Esdras estava usando quando se referiu ao decreto de Artaxerxes (ver o boxe que acompanha este artigo).

É interessante notar que Guilherme Miller e seus colegas usaram um método diferente para calcular qual dos nossos anos correspondia ao sétimo ano de Artaxerxes. Baseando seu trabalho no Cânon de Ptolomeu, eles che-

garam à mesma data a que chegamos acima. Esta é, certamente, uma comprovação gratificante à fidedignidade de nossa posição e deve ajudar a aumentar nossa fé na mensagem que levamos ao mundo. Como o apóstolo Pedro declarou: "não seguimos fábulas artificialmente compostas" (II Pedro 1:16).

Quadro Para Acompanhar o Artigo de Tolhurst

Quadro

Datas de Alguns Eclipses do Período Babilônico e Persa

A lista seguinte menciona alguns dos eclipses dos quais temos registro desde o período da História no qual estamos interessados neste estudo:

Rei	Ano do Reinado	Data do Eclipse A.C.
Nabopolassar	5º	22 de abril de 621 A.C.
Nabucodonosor	37º	4 de julho de 568 A.C.
Cambises	7º	16 de julho de 523 A.C.
Dario I	20º	19 de novemb. de 502 A.C.
Dario I	31º	25 de abril de 491 A.C.

Bibliografia

Horn, S. H., e L. H. Wood. *The Chronology of Ezra Seven*. Washington, D.C.: Review and Herald Pub. Assn., 1953.
Parker, Richard A., e Waldo H. Dubberstein. *Babylonian Chronology*. 626 B.C. — A.D. 75. 3ª Edição. Providence, R.I.: Brown University Press, 1969.

Seventh-day Adventist Bible Commentary. Vols. 3 e 4. Washington, D.C.: Review and Herald Pub. Assn., 1954. Thiele, E. R. *The Mysterious Numbers of the Hebrews Kings*. Exter, Devon, England: Paternoster Press, 1965.

Uso Judaico do Ano de Outono a Outono

O calendário pelo qual os babilônios e persas contavam seus anos era um calendário de primavera a primavera. Isto é, seu ano começava na primavera e terminava com o fim do inverno. Ao contarem seu ano religioso, os judeus seguiam também um calendário de primavera a primavera. Às vezes, porém, eles usavam um calendário de outono a outono, quando calculavam o reinado de seus próprios reis ou dos estrangeiros.

Aqueles que ignoram ou não estão informados desse fato, podem equivocarse em até seis meses ao datarem acontecimentos bíblicos, o que pode levar as datas de nossa escala A.C./A.D. a um ano completamente diferente. A contagem do "sétimo ano de Artaxerxes" do livro de Esdras, pelo calendário de primavera a primavera, por exemplo, estabelece as datas para a execução do decreto de Artaxerxes em 458 A.C. — e o clímax da pro-

fecia dos 2.300 dias em 1843 A.D., em lugar de em 1844 A.D.

Quatro espécies de evidência — três bíblicas e uma não bíblica — mostram que os judeus usavam o calendário de outono a outono.

1. A construção do templo de Salomão

As Escrituras nos dizem que Salomão começou a edificar o templo no quarto ano do seu reinado, no mês de Zive, o segundo mês do ano judaico, e que ele terminou o templo no décimo primeiro ano do seu reinado, no mês de Bul, o oitavo mês do ano judaico (I Reis 6:1, 37 e 38). Em um calendário de primavera a primavera, essas datas deveriam compreender sete anos e meio literais, que os judeus teriam contado como oito, com sua maneira inclusiva de contar.

Mas baseado num calendário de outono a outono, as mesmas datas dariam seis anos e meio o que, com a contagem inclusiva, os judeus teriam contado como sete anos — o tempo que as Escrituras realmente determinam para a construção do templo de Salomão (I Reis 6:38 e 39).

2. As reformas de Josias

Em II Reis 22:3-23:23 lemos a respeito das reformas que o rei Josias realizou em Judá, e da celebração da Páscoa com que ele coroou aquelas reformas. Josias enviou seus homens por todo o seu reino para pedir às pessoas que abandonassem a adoração aos ídolos e se voltassem para o Deus verdadeiro. Os lugares de culto pagão foram destruídos, derubados os bosques e as pessoas foram convidadas a se reunir em Jerusalém para a Páscoa. Não é difícil perceber que os homens de Josias precisavam de um bom espaço de tempo para fazer tudo aquilo. O povo também levaria algum tempo para ir até Jerusalém, especialmente as pessoas que viviam nos lugares mais distantes do reino. Contudo, as Escrituras indicam que as reformas foram feitas e o povo se reuniu entre o começo do ano dezoito do reinado de Josias e a ocasião em que a Páscoa teve lugar naquele ano.

Uma vez que a Páscoa ocorria no dia 14 do primeiro mês do ano, se aqueles fatos fossem contados com base no ano de primavera a primavera, todos eles teriam que ocorrer, *no máximo*, dentro dos 14 dias. Contudo, se admitirmos que os judeus estavam usando o ano de outono a outono, pode ter levado até seis meses e meio para que aquelas reformas fossem realizadas antes da celebração da Páscoa — um plano muito mais provável.

3. Neemias perante o rei

Ao iniciar o relato de sua obra em Jerusalém, Neemias diz que ouviu notícias ruins, a respeito das condições da cidade, no mês de Quisleu (Neem. 1:1-4), que é o nono mês do ano judaico. Ele continua dizendo que, como resultado dessas más notícias, se entristeceu na presença do rei no mês de Nisã (Neem. 2:1-8), o primeiro mês do ano judaico. Mas para o fato que nos interessa aqui, ele data tanto a chegada das más notícias como a ocasião em que Artaxerxes notou sua tristeza, no ano 28 do rei. Se ele estivesse seguindo o calendário de primavera a primavera, no qual os meses corriam em ordem numérica, sua tris-

teza diante do rei teria precedido a informação das notícias que produziram aquela tristeza! De acordo com o calendário de outono a outono, porém, sua maneira de datar os acontecimentos não apresenta nenhum problema, pois de acordo com esse calendário o mês nove precede o mês um.

Dois fatores tornam este exemplo do uso do calendário de outono a outono de especial importância para datar o decreto de Artaxerxes. Primeiro, enquanto os dois exemplos anteriores envolvem datas baseadas em reinados de reis hebreus, à semelhança de Esdras, Neemias estava baseando sua contagem do tempo no reinado de um rei persa.

E segundo, Neemias era contemporâneo de Esdras no tempo e nas circunstâncias — ambos eram judeus que se levantaram na Pérsia e escreveram um a respeito do outro, em poucos anos, após seu retorno à Palestina. É de se esperar que duas pessoas da mesma origem, que estiveram escrevendo ao mesmo tempo e no mesmo lugar, usassem a mesma técnica de datar.

4. O papiro de Elefantina

S. H. Horn e L. H. Wood encontraram evidência extrabíblica do uso do calendário judaico de outono a outono durante o período persa. Alguns dos manuscritos, escritos pelos soldados estacionados nas fortalezas nas ilhas de Elefantina no Nilo, Alto Egito, foram datados pelos dois calendários: o calendário egípcio e o calendário judaico de outono a outono. Esses manuscritos, de cerca dos anos 422-419 A.C., apresentam outra evidência do uso do calendário judaico, em que pese o rei, em cujo reino se baseavam as datas, ser estrangeiro neste caso, o persa Dario II. (O Papiro Kraeliano nº 6 é de especial importância aqui. Horn e Wood apresentaram os pormenores dessa evidência em seu livro *The Chronology of Ezra Seven* (A cronologia de Esdras Sete) .

Assim, a probabilidade de que Esdras tenha usado o calendário de outono a outono pode ser demonstrada, tanto a partir de fonte bíblica como extrabíblica.

1. Tem-se sugerido uma quarta possibilidade: alguns consideram o consentimento de Artaxerxes ao pedido de Neemias, para que tornasse a construir Jerusalém (444 A.C., Neem. 1:1-3; 2:1) como o decreto que deveria fornecer a data do início da profecia (ver e.g., Ro-

bert Anderson, *The Coming Prince* [Grand Rapids, Mich: Kregel Pub., n.d.]). Contudo, o início da data desse acontecimento leva a profecia das 70 semanas para além da data do batismo de Jesus. E, enquanto a Bíblia cita cuidadosamente cada um dos três decretos precedentes, neste caso diz apenas que Artaxerxes deu permissão e enviou juntamente cartas — não dá nenhuma indicação de que ele baixou o decreto. Semelhante tratamento abrupto, com respeito a este "decreto", é o

que menos se deveria esperar, caso o Senhor desejasse indicá-lo como o ponto de partida da importante profecia de Daniel.

2. A reconstrução do Templo, a que o decreto de Ciro dera início, havia fracassado. Os judeus começaram a trabalhar no Templo novamente e depois a escrever, pedindo permissão a Dario. No seu segundo ano, Dario respondeu, concedendo permissão. A obra continuou, e em seis anos, o templo foi dedicado; ver Ageu 2:10-18 e Esdras 6:15.

DR. E. A. WIDMER — Professor e diretor de programa de Saúde Ambiental, Escola de Saúde Pública da Universidade de Loma Linda

Carne de Porco: Ciência Confirma a Bíblia

Este artigo foi preparado pelo Departamento de Saúde e Temperança da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia.

A proibição do uso da carne de porco é claramente salientada nas Escrituras: "Também o porco, porque tem unhas fendidas, e a fenda das unhas divide em duas, mas não remói, este vos será imundo" (Lev. 11:7).

Aqueles que evitam usar carne de porco com base bíblica, o fazem porque creem que a proibição do uso de carnes imundas em Levítico 11 foi deixada por razões relacionadas com a saúde, não apenas como uma lei cerimonial pertencente exclusivamente à dispensação judaica. Eles acreditam que o seu corpo é o templo do Espírito Santo (I Cor. 6:19 e 20) e deve ser conservado com saúde mediante a observância de instruções bíblicas com respeito à alimentação.

O resultado da pesquisa, em anos recentes, pode ajudar-nos a compreender o motivo pelo qual o Senhor incluiu o porco entre os animais que não devem ser usados como alimento por Seu povo. O consumo do porco está agora associado às enfermidades coronarianas, ao câncer e a certas doenças transmissíveis.¹

O porco é conhecido como hospedeiro do nematelminto da triquina intestinal, a *Trichinella spiralis*, que causa a doença conhecida como triquinose,² enfermidade cujos sintomas os médicos muitas vezes atribuem a influen-

za intestinal, pneumonia ou reumatismo.

O porco e seus derivados não são os únicos meios de infestação humana por triquinose. A intensificação do uso da carne de cavalo, urso, e morsa e outros animais marinhos, também tem sido responsabilizada,³ mas o porco é a fonte mais comum na maioria das culturas. Uma vez que o uso do porco e de outras espécies de carne são a única via de transmissão, os vegetarianos e lacto-ovo-vegetarianos não se acham expostos a essas enfermidades.⁴

Durante as duas ou três décadas passadas, o número de casos humanos de triquinose conhecidos, nos Estados Unidos, diminuiu consideravelmente. Parece que as leis do Estado, que proíbem servir restos de comida crua a porcos, a grande quantidade de anúncios, a refrigeração doméstica da carne de porco e a tomada de consciência do consumidor com respeito a cozinhar de maneira apropriada a carne de porco, são os fatores do declínio.

Esse declínio nos casos conhecidos de triquinose humana nos Estados Unidos, corre paralelo com a diminuição similar no número de casos de suíno para o mesmo país;⁵ embora essa doença transmissível não esteja sob controle. Estima-se que 1,5 milhão de americanos do norte tenha em sua musculatura tri-

quina viva. Anualmente, 150 a 300 mil novos casos aparecem. O surto tem sido maior entre os refugiados do sueste da Ásia e outros que adquirem porcos de fazendas e cozinham mal sua carne. Os produtos prontos para o consumo, de processadores que não estão inspecionados por fiscalização federal, constituem também uma fonte de infestação.

Indica, esse declínio, que a proibição bíblica deva agora ser ignorada sem perigo? Tal posição poderia ser justificada se a triquinose estivesse em declínio também em outros países, ou se a triquinose fosse a única doença transmitida ao homem pelo uso da carne de porco. Mas, em que pese terem os Estados Unidos e a Europa os índices mais elevados, as infestações por triquina não se limitam aos Estados Unidos, e a triquinose não é a única doença transmitida pelo porco.

Relatos de infestação por triquinose, tanto animal como humana, têm vindo da América Central, da América do Sul, África, Ásia e Europa (este parasito não existe na Austrália e certas ilhas das regiões Sul do Pacífico).⁷ O número de casos humanos varia de um país para outro; é, porém, difícil conseguir informação correta desse tipo.

Nos Estados Unidos, a redução do risco de triquinose parece ser contrabalançada por um aumento do risco de toxoplasmose. Organismo unicelular, o *Toxoplasma gondii*, que usa certos animais silvestres, animais de estimação e domésticos, entre os quais o porco; como hospedeiros, causa essa doença.

Presentemente, o número de indivíduos infectados por toxoplasmose varia com a idade. Cinco a 30 por cento dos indivíduos de 10 a 19 anos de idade foram infectados, enquanto 67 por cento das pessoas com mais de 50 anos de idade são infectadas.⁸

As pessoas contraem essa enfermidade ingerindo estruturas parecidas com cisto no alimento, água ou poeira contaminada com fezes de gato; consumindo estruturas parecidas com bolsas, em leite de cabra não pasteurizado; e engolindo cistos em carnes mal cozidas, como a de boi, carneiro e porco.

Mesmo a criança em gestação pode estar em perigo, como foi constatado na passagem do organismo da doença através da placenta. A infecção materna no início da gravidez pode levar à morte fetal ou a graves anomalias, entre as quais a hidrocefalia, a microcefalia e o aumento do fígado e do baço. A infecção materna na gravidez avançada resulta em manifestações clínicas menos graves.⁹

Essa enfermidade é uma doença generalizada do organismo, em que a infecção inicial ou primária é freqüentemente assintomática; não obstante, a enfermidade aguda pode ocorrer com febre, aumento dos gânglios linfáticos e número anormalmente elevado de linfócitos no sangue. Outros sintomas clínicos incluem dor de cabeça, inflamação do músculo cardíaco, dores musculares e pneumonia. As infecções latentes podem ser reativadas, caso a pessoa se torne incapaz de resistir ou vencer a infecção, como no caso da AIDS. Mesmo sem a complicação do vírus responsável pela AIDS, é difícil a terapia por meio de medicamento e o resultado pode ser a morte. A descoberta de uma vacina adequada ainda está em fase de experiência. O predomínio de anticorpos *T. gondii* varia com a idade, área geográfica ou ocupação.

Recentemente, os cientistas descobriram *T. gondii* em pedaços de carne de porco. De acordo com esta informação, um em cada três porcos, e um em cada 10 carneiros, pode estar infestado com o parasito. Este pode ser morto pelo cozimento da carne a uma temperatura interna de, no mínimo, 70 graus centígrados. Visto que o risco da triquinose está diminuindo, os consumidores podem estar servindo carne mal cozida e, desse modo, aumentando o risco de infecção toxicoplasmósica.¹¹

A salmonelose é considerada uma das doenças transmissíveis mais predominantes nos Estados Unidos, infectando aproximadamente dois milhões de pessoas cada ano. As pessoas são infectadas com salmonela ao ingerirem alimentos contaminados. Muitos animais domésticos têm salmonela, e é comum a contaminação do alimento durante o processo do abate. Os alimentos contaminados com salmonela muitas vezes são servidos a animais domésticos, disseminando assim o problema. Cerca de 50 por cento da carne crua, comprada nos supermercados ou açougues, estão contaminadas pela salmonela.¹²

Estudos têm demonstrado que a pessoa que está tomando ou tomou antibiótico recentemente, está mais sujeita à infecção. Presume-se que os antibióticos destruam a bactéria intestinal que normalmente inibe o desenvolvimento da salmonela.

Como a toxoplasmose, a salmonela pode ser facilmente transmitida de uma fonte para outra pela contato. Preparar outros alimentos em recipientes que foram utilizados para preparar carne contaminada, pode levar à trans-

missão por meio de outros alimentos que não a carne. Não lavar as mãos entre o manuseio de alimentos contaminados e não contaminados, pode também espalhar a salmonela.

A tênia do porco

A tênia é outro problema ocasionado pelo comer carne de porco. A tênia do porco adulto pode chegar a cerca de três metros de comprimento, e pode viver durante várias décadas no intestino delgado. Esse verme pode ter até 1.000 segmentos, cada um com um útero e a capacidade de produzir ovos que podem contaminar seres humanos por meio da contaminação buco-fecal ou pelo transporte inverso dos ovos, do intestino para o estômago. Em qualquer dos casos, o embrião penetra na parede do estômago, entra no sangue e é transportado para todo o organismo. O embrião forma pequenos cistos, e estes se desenvolvem em cisticercos (a fase embrionária) nos músculos, órgãos internos, olhos e cérebro. Os cisticercos podem sobreviver por um período de até cinco anos. Se a infestação se espalhar, pode simular um tumor no cérebro, epilepsia e outras desordens neurológicas e psicológicas.¹³

As pessoas se tornam infestadas com a tênia adulta ao comerem carne de porco mal cozida, contaminada com os cisticercos. Uma vez no trato intestinal, o verme se desenvolve em sua forma adulta.

O comer carne de porco põe também as pessoas em risco de contraírem a febre ondulante. Essa enfermidade bacteriana em geral é transmitida pelo leite cru de vacas ou cabras infestadas, mas também pode ser transmitida por seres humanos, via contato direto com tecidos de qualquer animal infestado, incluindo porcos.

Enfermidades crônicas

A carne de porco não só contribui para a disseminação de enfermidades transmissíveis, como também para o desenvolvimento de enfermidades crônicas, tais como doenças cardíacas, paralisia e câncer.

A ocorrência e gravidade das enfermidades cardíacas aumentam com a intensidade do consumo de colesterol, o uso de alimentação gordurosa, especialmente as gorduras saturadas. A carne de porco contém apenas uma quantidade moderada de colesterol, mas é a maior fonte de gordura. Mesmo as carnes de

porco mais magras fornecem mais de 34 por cento de suas calorias da gordura, e a maioria dos derivados de porco fornece mais de 50 a 75 por cento de suas calorias da gordura.¹⁴ Pelo fato de ser rica em gorduras saturadas, a carne de porco contribui para o aumento da produção de colesterol. Este, por sua vez, aumenta os níveis de colesterol do sangue, fato tão grandemente ligado às enfermidades das coronárias e aos ataques cardíacos.

A carne de porco também está implicada no câncer do seio, da próstata e do colo. A mortalidade por câncer do seio eleva-se quando é maior o consumo, pelas mulheres, da carne de porco (em particular) e aumenta a quantidade de gorduras.¹⁵ O câncer da próstata está associado com o consumo de uma alimentação rica em gorduras, tanto saturadas como as gorduras animais.¹⁶ Estudos sobre a incidência do câncer do colo mostram que os que têm a enfermidade, consomem mais pão de farinha refinada, carne (especialmente de porco) e cerveja, e usam uma dieta com pouca fibra.¹⁷

Estas conclusões sobre saúde, levam-nos de volta ao relato bíblico. É interessante notar que a proibição bíblica de Levítico 11:8 era uma proibição dupla. Os israelitas não deviam apenas abster-se de comer a carne de porco, mas deviam também evitar o contato direto com o seu cadáver. Uma das medidas preventivas recomendadas para controlar as infecções é lavar completamente as mãos após manusear carne crua. O contato direto, conforme proíbe o livro de Levítico, é um fator de doenças transmissíveis.¹⁸

Talvez os textos bíblicos de Levítico possam parecer ditatoriais e arbitrários. Quando, porém, são considerados do ponto de vista da ciência, no que diz respeito às doenças transmissíveis, verificamos que as proibições são medidas de saúde pública significativas para a prevenção de várias enfermidades potencialmente graves.

Bibliografia

1. J. A. Schaffenberg, *Diet and Heart Disease* (Bakersfield, Calif.: San Joaquin Community Health Center, 1987), págs. 1 a 25. Ver também E. A. Widmer, "O Porco, o Homem e a Doença", *Review and Herald* 7 de maio de 1970, págs. 8 e 9.
2. W. C. Campbell, "History of Trichinosis; Paget, Owen, and the Discovery of *Trichinella spiralis*", *Bulletin of the History of Medicine*, 53:520-552. Ver também N. D. Levine, *Nematode Parasites of Domestic Animals and of Man*, 2ª ed. (Mineápolis: Burgess Publishing Co., 1980), págs. 452 e 453.
3. Levine, pág. 452. Ver também World Health Organization, *Weekly Epidemiological Record*, 61 (38): 289-296.
4. H. W. Brown and F. A. Neva, *Basic Clinical Parasitology*, 5ª ed. (Norwalk, Calif.: Appleton-Century-Crofts, 1983), pág. 108.
5. *Trichinosis Surveillance Annual Summary, 1981* (Atlanta, Ga.: Centers for Disease Control, out. de 1982), pág. 3.
6. E. Braunwald, K. J. Isselbacher, R. G. Petersdorf, J. D. Wilson, J. B. Martin, e A. S. Fanci, *Harrison's Principles of Internal Medicine*, 11ª ed.

(Nova Iorque: McGraw-Hill Book Co., 1987), págs. 805 e 806.
7. G. W. Hunter, J. C. Swartzwelder, and D. F. Clyde, *Tropical Medicine*, 5ª ed. (Filadélfia: W. B. Saunders Co., 1976), pág. 525.
8. Braunwald, págs. 791 e 792.
9. A. S. Benenson, ed., *Control of Communicable Disease in Man* (Washington, D.C.: The American Public Health Assn., 1985), págs. 392-394.
10. *Ibidem*.
11. J. Rolf, "Another Hazard in Undercooked Pork", *Science News*, 130 (3):37.
12. Braunwald, págs. 596-599.

13. *Idem*, págs. 825 e 826.
14. *Composition of Food—Sausages and Luncheon Meats—Raw, Processed, and Cooked*, Agriculture Handbook 8-7 (U.S. Department of Agriculture, 1980).
15. Committee of Diet, Nutrition and Cancer, Assembly of Life Sciences, National Research Council, *Diet, Nutrition, and Cancer* National Academy Press, 1982), págs. 383 e 408.
16. *Idem*, págs. 74 e 410.
17. *Idem*, págs. 398 e 399.
18. Benenson, op. cit.

JOSÉ CARLOS RAMOS — SALT/IAE

A Revelação de Deus em Jesus Cristo no Quarto Evangelho

Qualquer teoria substrativa da encarnação, isto é, que afirme que através da encarnação Cristo teve sua divindade diminuída, deve ser rejeitada, porque é antibíblica e conspira contra a nossa salvação. Ele era Deus no mais alto sentido antes da concepção em Maria, e continuou a sê-lo depois. Justamente por isso, pôde Ele, enquanto esteve entre nós, transmitir a revelação salvífica de Deus.

São João 1:1-18, o conhecido prólogo do quarto Evangelho, tem sido considerado por alguns expositores bíblicos a chave para uma correta compreensão da mensagem joanina do Evangelho. João nos oferece, na parte inicial de seu livro, mais do que uma simples introdução. O prólogo é, na realidade, um bem-elaborado sumário de tudo aquilo que é exposto a seguir. Profundos temas essencialmente cristológicos são referidos de forma direta, objetiva, para serem, no devido curso da narrativa, ampliados e abordados segundo o propósito do escritor.

Uma tentativa de resumir substancialmente a mensagem do quarto Evangelho, possivelmente resultaria na seguinte afirmação: *na pessoa e obras de Jesus Cristo temos de forma absoluta e definitiva a revelação salvífica de Deus à raça humana*. Este é sem dúvida o tema predominante do evangelho, e naturalmente o prólogo confirma este fato. As pa-

lavras de abertura são um categórico enunciado da divindade de Jesus, de Seu eterno companheirismo com o Pai, e de Seu *status* de Criador (versos. 1-3); na seqüência, Ele é apresentado como a vida e a luz que "ilumina a todo homem" (versos. 4-9); mencionam-se então as duas possíveis atitudes humanas para com a revelação divina em Jesus: *rejeição*, em resultado da incredulidade, ou *aceitação*, em virtude da fé (versos. 10-13). A seguir, o evento histórico da encarnação é explicitamente referido, com uma clara menção de seu efeito salvífico: "Vimos a Sua glória, glória como do Unigênito do Pai." (verso. 14.) Finalmente, Jesus é apresentado como a culminância de todas as bênçãos da salvação (versos. 15-17). As palavras finais do prólogo, são: "Ninguém jamais viu a Deus: o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é que O revelou" (verso. 18).

Em lugar de "Deus unigênito", como apa-

rece na *Almeida Revista e Atualizada*, outras versões registram "Filho unigênito", neste texto. Por razões que não devemos aqui abordar, cremos que a primeira expressão deve ser preferida e adotada.

Meditemos um pouco neste texto, e observemos como a mensagem da revelação de Deus em Jesus se difunde no corpo do Evangelho.

Jesus é Deus revelado

É evidente que em S. João 1:18, o evangelista liga dois predicados previamente aplicados a Jesus — *théos*, Deus, no verso 1; e *monogênês*, unigênito, ou melhor, *único*.¹ No verso 14, para realçar a singularidade e intimidade do Seu relacionamento com Deus, Ele é *monogênês théos*, Deus o Filho único; e, como tal, somente Ele viu a Deus e pode revelá-Lo. Aqui, o verbo *ver* *horáo*, no tempo perfeito, aponta para além do simples ato de ver com o olho físico, e envolve a idéia de um conhecimento perfeito, completo, de Deus. As palavras de S. Mateus 11:27 vêm à lembrança: "Ninguém conhece o Pai senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar."

Moisés, que é referido no verso 17, contemplou a Deus (Núm. 12:8). Mas João diz que "ninguém jamais viu a Deus". É em seu *ser essencial* que Deus jamais foi visto por quem quer que seja, anjos ou homens. Visões de Deus foram dadas aos profetas, mas todas elas foram parciais. As teofanias do Antigo Testamento, por mais sublimes e apoteóticas que tenham sido, não puderam revelar o ser essencial de Deus. Um privilégio Moisés não pôde ter: ver a face de Deus (Éxo. 33:20). Somente Cristo, que participa essencialmente da divindade do Pai, tem visto a Deus. E desde que Ele Se fez carne (verso 14) sem perder Sua condição divina, pode igualmente revelar Deus ao homem. "Somente o Deus-homem pode plenamente revelar Deus ao homem. Ele é Deus e é homem e pode agir, e de fato age, como intérprete de Deus ao homem."²

"Senhor, mostra-nos o Pai, e isso nos basta", é o anelante pedido de Filipe (S. João 14:18). Quanta verdade tal pedido expressa! O discípulo afirma que ver o Pai é tudo quanto se faz necessário. Ver a Deus é, no contexto deste evangelho, o segredo para a vida eterna. Poderia alguém desejar mais? Outra coisa: Filipe acredita que Jesus pode mostrar o Pai. Daí o pedir-Lhe.

Mas, de uma coisa, Filipe não se apercebe: mostrar o Pai tem sido o que Jesus tem feito desde o princípio. Entretanto, ao afirmar este fato, Jesus o faz de forma surpreendente: "Há tanto tempo estou convosco, e não Me tens conhecido?" (verso 9). Jesus não Se esquivava ao pedido do discípulo. Muito menos tenta Ele atrair para Si a atenção que o discípulo tem, voltada para o Pai. Bem ao contrário. Ele deseja que Filipe mantenha o pensamento de que uma visão do Pai é imprescindível e suficiente. Mas Ele não esconde Seu desapontamento face ao pedido. Não ter visto ainda o Pai é desconhecer ainda o Filho. É possível que depois de tanto tempo com Jesus, tratando das coisas de Jesus, alguém ainda não O conheça? Parece que sim, e este mal pode acometer-nos.

Mas o desapontamento de Jesus não se prende ao simples fato de não ser ainda conhecido. Isto teria sabor de orgulho ferido, e não seria próprio de Jesus. Ele almeja que os discípulos O conheçam para que assim conheçam o Pai. "Quem Me vê a Mim, vê o Pai". Conhece-se o Pai por se conhecer o Filho. Não é o caso de que conheçamos o Filho e então nos preparemos para o passo seguinte, que é conhecer o Pai. Não. Conhece-se o Pai no próprio ato de se conhecer o Filho. Não é um conhecimento que se acumula ao outro; menos ainda, que substitua o outro. É um conhecimento que se identifica com o outro, que significa o outro.

Não podemos entender este fato a não ser com base na unidade essencial de Jesus com Deus. "Eu e o Pai somos um" (S. João 10:30). "Eu estou no Pai e o Pai está em Mim" (S. João 14:10). Jesus participa da essência e natureza divinas do Pai, de modo que Ele pode revelá-Lo *através de uma revelação de Si mesmo*. Assim, é inegável que a manifestação de Jesus ao mundo é a própria manifestação de Deus, e conhecer a Jesus é conhecer a Deus. "Aqui alcançamos a verdade central, do que tudo mais depende... Tudo o que está acontecendo deve ser lido como uma história não de Deus e Cristo, mas de Deus em Cristo."³ É por esta razão que Jesus havia dito um pouco antes do pedido de Filipe: "Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vem ao Pai *senão por Mim*" (S. João 14:6).

Este vir ao Pai não é meramente um dia ir para o Céu e viver com Deus. É evidente que tal privilégio só é possível através de Jesus. Mas a idéia aqui é no sentido de conhecer o Pai e ter de volta aquilo que de mais precioso o pecado nos furtou: a comunhão com Ele.

Evidência disto são as palavras proferidas em seguida por Jesus: "Se vós Me tivésseis conhecido, conheceríeis também a Meu Pai. Desde agora O conheceis e O tendes visto" (verso 7). "Cada aspecto do caráter de Jesus, revela-nos um aspecto do caráter do Senhor do Céu e da Terra. Cada experiência através da qual Jesus passou em Sua vida com os homens, sugere-nos uma experiência através da qual nosso Pai está passando conosco, Seus filhos.

A cruz do Calvário é um quadro do sacrifício passado e presente do nosso Deus, conforme Ele sofre conosco e por nós.⁴ O túmulo aberto é para nós símbolo de Seu amor triunfante, mais forte do que o mundo, o pecado e a morte. A corporificação de Si próprio em Seu Filho, feito em todos os pontos igual a nós mesmos, atesta o parentesco essencial entre Ele e nós."⁵

A encarnação não exclui a divindade

No diálogo com Nicodemos, Jesus Se apresentou como o autêntico intérprete de Deus, quando disse: "Nós dizemos o que sabemos e testifica o que temos visto" (S. João 3:11). Só Ele pode revelar-nos Deus, porque só Ele tem visto a Deus e O conhece. Ele não é apenas "Mestre vindo da parte de Deus", como quis o doutor da lei (verso 2), mas Deus enviado como Mestre. Sua origem e condição divina são atestadas no verso 13: "Ora, ninguém subiu ao Céu, senão Aquele que de lá desceu, a saber, o Filho do homem que está no Céu".

A referência aqui não é à ascensão, fato que ocorreria só mais tarde. Essa declaração deve ser entendida dentro de seu contexto. O assunto não é o evento histórico da ascensão, mas o papel revelacional de Deus, que o Filho cumpre em Seu ministério terrestre. Cristo pode falar de "coisas celestiais" (verso 12) porque sabe o que essas coisas são e as tem visto (verso 11). Ele é o único que "subiu ao Céu", isto é, que penetrou o conhecimento destas coisas, e que "desceu do Céu"⁶, isto é, que entrou em comunhão conosco pela encarnação, para trazer-nos o conhecimento destas coisas.

Céu, aqui, tem sentido espiritual, antes que local ou geográfico, e indica a única posição da qual o conhecimento completo e verdadeiro sobre Deus pode ser auferido e trazido. "Ninguém tem entrado em comunhão com

Deus e possui desta um conhecimento intuitivo de coisas divinas a fim de revelá-las aos outros, exceto Aquele a quem o Céu foi aberto e que habita lá neste mesmo momento."⁷ O paralelismo com o capítulo 1:18 é óbvio:

1:18

"Ninguém jamais viu a Deus"

"O Deus unigênito"

"Que está no seio do Pai"

"É quem O revelou"

3:13

"Ninguém Subiu ao Céu"

"O Filho do Homem"

"Que está no Céu"

"Desceu do Céu"

Alguns colocam em dúvida a originalidade da expressão "que está no Céu", supondo tratar-se de uma posterior interpolação ao texto joanino. De fato, uns poucos manuscritos gregos contêm esta frase. Mas o autor deste estudo está inclinado a crer, juntamente com alguns comentaristas, que a omissão desta frase num bom número de manuscritos, bem como a alteração dela para "que estava no Céu", em algumas antigas versões, objetivaram antes de tudo remover a dificuldade naturalmente por ela criada. É mais fácil, no processo de algumas gerações, uma afirmação dessa natureza, na colocação em que se encontra, ser eliminada, do que acrescentada. Sua originalidade não é incoerente com o que estamos vendo e, portanto, não estranha à teologia de João. Ademais, o verbo *eimi* (ser/estar) é empregado no presente do indicativo em outras passagens, numa conotação semelhante à de 3:13, onde o particípio presente aparece a exemplo de 1:18.

7:34 — "Haveis de Procurar-Me, e não Me achareis; também onde Eu estou vós não podeis ir". (Veja também o verso 36.)

11:26 — "Onde *Eu estou* ali estará também o Meu servo."

14:03 — "... voltarei e vos receberei para Mim mesmo, para que onde *Eu estou* estejais vós também."

14:11 — “*Eu estou no Pai.*” (Com o verbo subentendido).

17:24 — “*Pai, a Minha vontade é que onde **Eu estou**, estejam também comigo os que Me deste...*”

Estes exemplos do emprego de “Eu estou”, apontam para a realidade da íntima e perfeita comunhão do Filho com o Pai, comunhão esta que não foi alterada pelo milagre da encarnação: o Filho, enquanto na Terra, continua sendo um com o Pai (10:30). “Estou no Pai e o Pai em Mim” (14:11), disse Ele. Esta é uma comunhão entre iguais (1:1 e 2), e normatiza uma experiência de comunhão para os seguidores de Cristo. No quarto Evangelho, o verdadeiro discípulo é aquele que, pelo ato de ver e crer, entra com Jesus numa comunhão exemplificada pela do Filho com o Pai. Aqui, uma comunhão entre divinos; ali, entre humanos, mas plena, tão intensa que, como Jesus pôde dizer “Eu e o Pai somos um”, o discípulo poderá igualmente dizer: “Eu e meu Salvador somos um”.

Tal comunhão restaura de fato o relacionamento que existia entre Deus e o homem antes da Queda. “A fim de que todos sejam um; e como és Tu, ó Pai, em Mim e Eu em Ti, também sejam eles em nós” (17:21). Entra o discípulo em comunhão com Deus ao entrar em comunhão com Jesus, porque, ao Se encarnar Ele, tornou-Se um conosco, sem deixar de ser um com Deus. Esta comunhão se efetiva quando nos apoderamos do conhecimento salvífico de Deus, transmitido pelo Filho: “Sabemos que o Filho de Deus veio e nos deu entendimento para conhecermos o Verdadeiro. E estamos no Verdadeiro, nós que estamos em Seu Filho Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna” (1 Jo. 5:20, versão do Centro Bíblico Católico de São Paulo).

Assim, “que está no Céu”, de 3:13, parece-nos condizente com o que João ensina em seus escritos e, portanto, autêntico. A expressão envolve a idéia da natureza divina de Jesus coabitando com Sua natureza humana, e aponta para a Sua igualdade com Deus, igualdade que Ele reteve enquanto na Terra (5:18). Qualquer teoria subtrativa da encarnação, isto é, que afirme que através da encarnação Cristo teve Sua divindade diminuída, deve ser rejeitada, porque é antibíblica e conspira contra a nossa salvação. Ele era Deus no mais alto sentido antes da concepção em Maria, e continuou a sê-lo depois. Justamente por isso, pô-

de Ele, enquanto esteve entre nós, transmitir a revelação de Deus, a revelação que salva.

Este é, como vimos, o pensamento central de 1:18. Mas, se a encarnação Lhe furtou um milímetro que seja de Sua igualdade com Deus, somos deixados a tatear nas trevas da ignorância para com Deus e, conseqüentemente, estamos perdidos.

Isaías 14:13 e 14 declara que o filho da alva, Lúcifer, ambicionou subir ao Céu e ser semelhante ao Altíssimo. Entendemos que tal ambição se manifestou no querubim antes de sua expulsão do Céu. Em outras palavras, ele estava num local a que chamamos Céu; todavia, ambicionando *subir ao Céu*. A conclusão lógica é que, nesse texto, subir ao Céu significa participar da igualdade com Deus. Lúcifer não foi além de sua pretensão. Mas o que ele cobiçou pertence a Cristo por direito. “Ninguém subiu ao Céu” senão Ele.

Fé discerne Sua glória

A experiência de Moisés, permanecendo quarenta dias no monte com Deus, e descendo em seguida para transmitir a vontade de Deus a Israel, é um possível *background* velho testamentário do quadro da revelação de Deus em Jesus Cristo no quarto Evangelho. Moisés é mencionado várias vezes nesse livro, e no interesse deste estudo, duas delas são importantes: no prólogo, imediatamente antes de 1:18, e no diálogo com Nicodemos, imediatamente após 3:13.

Podemos imaginar que a glória na face de Moisés, quando ele desceu da presença de Deus (Exo. 34:29-35), fosse tipológica da glória divina de Jesus, manifestada quando Ele desceu do Céu, isto é, durante Seu ministério terrestre. A glória em Moisés deve ser contrastada com a glória em Jesus. Moisés tinha tido somente 40 dias de comunhão com Deus e isto lhe fez brilhar a face. Jesus estava com Deus, ou no seio do Pai, desde a eternidade, e pôde manifestar a glória que não é somente uma com a glória do Pai (17:5), mas é a própria glória do Pai a Ele outorgada (versos 22 e 24).

A glória na face de Moisés teve de ser velada por amor de Israel; a glória do Filho foi velada pelo véu de Sua carne (Heb. 10:20) por amor de nós. Israel havia pecado contra Deus no deserto, adorando o bezerro de ouro (Êxo. 32) e, portanto, não estava em condição de contemplar a glória de Deus em Moisés. O problema não era a glória na face de Moisés, mas o pecado do povo. Por causa dele, não

podiam contemplá-la. Era mais fácil, todavia, cobrir com véu apenas um rosto, do que milhares ou milhões deles. Assim o véu foi colocado em Moisés. O véu na face de Moisés equivalia a cada rosto em Israel estar coberto com véu.

O mesmo fato ocorre na realidade evangélica. Aqueles que persistiram na incredulidade e no pecado não puderam ver a glória de Deus em Jesus, e discerni-Lo como Deus, deixando assim de usufruir o conhecimento salvífico de Deus. Quando Jesus, explicitamente, afirmou Sua divina natureza e condição, bem como Sua unidade com o Pai, Seus detratores tentaram matá-Lo (5:18; 10:30-33). Olhando para Ele, outra coisa não podiam divisar senão o véu de Sua carne, isto é, Sua condição humana. "...Te apedrejamos, ... pois sendo Tu *homem*, Te fazes Deus a Ti mesmo" (verso 33). Quando Jesus manifestou visivelmente Sua glória no jardim (18:6), persistiram em sua incredulidade e O levaram à cruz.

Paulo diz que até agora um "véu está posto sobre o coração deles", porquanto, rejeitaram a Jesus como Senhor. "Quando, porém, algum deles se converte ao Senhor, o véu lhe é tirado" (II Cor. 3:15 e 16). Estas palavras não se aplicam apenas aos judeus, mas a todo que não reconhece a divindade plena de Jesus. Mas, dos que O aceitam, Paulo afirma, incluindo-se entre eles: "E todos nós com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho, a glória do Senhor, somos transformados de glória em glória, na sua própria imagem, como pelo Senhor, o Espírito" (verso 18). Para o grande apóstolo, o crente contempla, pela fé, a glória do Senhor agora, embora "como um espelho, obscuramente"; mas no dia de Sua volta "veremos face a face" (I Cor. 13:12).

Em S. João o quadro é o mesmo. No dia da consumação escatológica, os que creram terão a visão completa da glória de Jesus. "Pai, a Minha vontade é que onde Eu estou, estejam também comigo os que Me deste, para que vejam a Minha glória que Me conferiste, porque Me amaste antes da fundação do mundo" (17:24). A razão por que os remidos terão este privilégio é declarada em seguida: eles conheceram o Pai em Jesus, coisa que o mundo não fez (versos 25 e 26).

Mas tal privilégio pode e deve ser desfrutado agora (1:14). Fé entra além do véu e torna Sua glória apreensível. Com efeito, desde a entrada do pecado neste mundo e até que ele seja dele extirpado, fé tem sido o meio apontado para o homem contemplar a Deus e pa-

ra Ele retornar. Mas a fé não seria de valor algum se Deus mesmo não tivesse tido a iniciativa de procurar o homem. Tal iniciativa divina se tornou efetiva na encarnação. "O Filho do homem veio procurar e salvar o perdido" (S. Luc. 19:10). Por amor de nós, cobriu-Se Deus com o véu da carne humana, pois somente assim poderíamos conhecer a Deus e obter a vida eterna (S. João 17:3).

Resumindo, a encarnação foi a maneira que Deus encontrou para manifestar-Se a Si mesmo aos pecadores. Este é um fato paradoxal. Enquanto Se oculta, Deus Se revela. Cristo veio ao mundo não na glória e majestade próprias de Deus, mas na forma de um humilde servo. Durante o tempo em que Ele estava na Terra, a glória divina estava oculta, velada na carne humana. Todavia, existe uma ocultação e revelação simultânea em Jesus. A revelação de Deus através de Cristo é possível somente porque Deus Se ocultou em carne humana. Aqueles que exercem fé, comprovam este fato e obtêm vida eterna. "A vontade de Meu Pai é que todo homem que *vir* o Filho e nEle crer, tenha a vida eterna" (6:40).

Fé reconhece Sua divindade

Se fé sem a encarnação nada é, encarnação sem fé presente no homem não pode alcançar seu propósito revelacional. Aqueles que não creram, o ministério de Jesus, que culminou na cruz, foi um escândalo e pedra de tropeço (I Cor. 1:23). João registra que, quando a multidão ouviu o discurso de Jesus sobre Seu sacrifício em favor do mundo, muitos ficaram escandalizados e O abandonaram (S. João 6:60 e 66). Jesus então ligou Sua condição de humilhação à Sua divina posição, dizendo: "Isto vos escandaliza? Que será, pois, se virdes o Filho do homem subir para o lugar onde primeiro estava?" (versos 61 e 62). Mais uma vez, Jesus não tem em vista a Sua ascensão literal ao Céu como um evento isolado de outros de natureza salvífica.

É, aqui, significado o momento de Sua glorificação que, no contexto do quarto Evangelho, ocorre na crucifixão e ressurreição. O evento histórico da ascensão seria testemunhado apenas por crentes, mas o ato de Jesus ser levantado na cruz seria notório a todos (12:32). Se eles se escandalizavam com um discurso, muito mais quando chegasse Sua hora suprema.

Em meio à generalizada deserção, aqueles que creram, tiveram uma especial revelação,

e puderam juntar-se a Pedro em sua confissão: "Senhor, para quem iremos? Tu tens as palavras de vida eterna e nós temos *crido e conhecido* que Tu és o Santo de Deus" (versos 68 e 69). Assim, a manifestação de Deus na humanidade de Jesus se tornou efetiva através de um elemento vital, plantado por Deus no homem: a fé. A medida da manifestação divina de Jesus ao homem depende da medida de fé no homem.

Neste ponto, podemos concordar com Albercht Ritschl, quando declara que a "afirmação de Sua divindade é uma estimativa, feita por crentes, da validade de Jesus a eles; não podem eles prová-lo a quem não possui o senso de valor de Cristo como Seu Salvador."⁸ *Cristologia*, o estudo da pessoa de Cristo, e *soteriologia*, o estudo da salvação, são, aqui, mutuamente dependentes. Somos salvos porque temos um Salvador divino e humano, enquanto reconhecemos Sua divindade porque cremos e somos salvos.

No Evangelho de João, os verdadeiros discípulos são aqueles que podem discernir a divina origem de Cristo. É verdade que tal percepção alcança seu clímax após a ressurreição, mas, desde o princípio de Seu ministério, neles se fez presente a fé, ao ponto de reconhecê-Lo como Filho de Deus (1:49) e contemplar Sua glória (2:11).

Fé e visão aparecem igualmente dependentes uma da outra. Crer é o meio, por um lado, para que alguém possa ver a glória de Deus (1:40); por outro lado, fé é a positiva reação à experiência de ver (1:50). Isto é particularmente verdade com respeito aos milagres que os discípulos testemunharam. Tais milagres são *sêmeia*, *sinais* de Sua glória (2:11). Conforme o ministério terrestre de Jesus — Suas palavras, Suas obras — é cumprido, o revelar de Seu próprio ser origina um crescente de fé que culmina na confissão de Tomé: "Senhor meu e Deus meu!" (20:28). Fé salvífica em Jesus é um dom divino que, a exemplo do dom do Espírito, alcança Sua culminância "somente após a ressurreição. Isto é visto na mais completa profissão de fé no Evangelho."⁹

Conclusão

Temos tocado de leve o mais profundo tema do Evangelho: a revelação de Deus em Jesus Cristo. Tentamos observar também as implicações desta gloriosa verdade para a nossa salvação. Cinco pontos capitais jamais

deveriam ser esquecidos:

1. *Vida eterna é, antes de tudo, o perfeito conhecimento de Deus* (17:4). Jesus não somente possui tal conhecimento, mas Ele mesmo é a expressão, a personalização deste conhecimento. Isto se deve ao fato de que Ele é Deus na mesma condição do Pai — Ele é um com o Pai. Conseqüentemente, é apenas meia-verdade o afirmar que Jesus possui vida eterna. É mais do que isto — Ele é vida eterna (I S. João 1:2; 5:20; S. João 11:25; 14:6); portanto, "aquele que tem o Filho tem a vida; aquele que não tem o Filho de Deus não tem a vida" (I S. João 5:11 e 12).

2. *Jesus, sem perder um jota ou um til de Sua divindade, tornou-Se homem* (1:14). Isto Lhe dá condição de, revelando-Se ao mundo, revelar Deus ao mundo, para que o homem seja salvo.

3. *A encarnação, mais do que aproximar Jesus de nós e torná-Lo um de nós, tornou-O um conosco, e isto para sempre*. Assim como a encarnação não diminui Sua divindade, igualmente Seu retorno à direta presença de Deus não O tornou menos humano que nós. Diante de Deus, temos Alguém humano como nós, intercedendo por nós, enquanto diante de nós, pela ministração do Espírito Santo e o testemunho das Escrituras, temos Alguém não menos divino do que Deus, comunicando-nos o conhecimento salvífico de Deus. Enquanto conhecemos o Pai em Seu Filho, Deus nos conhece a nós em Jesus. Isto significa sentir intensamente o Seu amor, e desfrutar profundamente do conforto e segurança de Sua salvação.

4. *A fé é o meio divinamente apontado para recebermos todas estas bênçãos*. (3:16). Elas nos são concedidas gratuitamente em Jesus, "o Amado" (Efés. 1:6). União com Cristo, portanto, é vital: "Sem Mim nada podeis fazer" (S. João 15:5). Esta união só é possível pela fé. "Nós somos completos nEle, aceitos no Amado, somente se permanecermos nEle pela fé."¹⁰

5. *Fé e visão, a apreensão da revelação divina em Jesus, são mutuamente dependentes*. Porque cremos, vemos; e, porque vemos, cremos. Nessa mutualidade, o conhecimento salvífico de Deus se efetiva em nós, e nossa união com Cristo se torna uma realidade. "É somente através de um correto entendimento da missão e obra de Cristo que a possibilidade de estarmos completos nEle e aceitos no Amado, é colocada ao nosso alcance."¹¹

Este ponto é particularmente abordado no quarto Evangelho. No transcurso da narrati-

va, diferentes graus de visão e fé podem ser notados, desde o ponto mais baixo, o da não percepção e da total incredulidade, até o mais alto, o de ver e crer profundamente:

a. **NÃO VER E NÃO CRER** — 6:30; 9:39; 12:37-40. Insistência em não conhecer o que se passa, permanecendo na incredulidade.

b. **VER E NÃO CRER** — 6:36. Mesmo com as mais claras evidências a incredulidade persiste.

c. **VER E CRER SUPERFICIALMENTE** — 2:23; 4:48. A visão ainda é inadequada, pois não passa de mera visão ocular. Igualmente, este tipo de fé está longe do ideal.

d. **VER E CRER PROFUNDAMENTE** — 6:40; 20:8, 28 e 29. Visão ocular e visão espiritual, interna, transcendente, estão juntas. A fé alcança seu ideal.

e. **NÃO VER E ASSIM MESMO CRER PROFUNDAMENTE** — 20:29. Aqui está o máximo ideal da fé. A visão ocular, que pode redundar numa fé superficial (ponto 3), está ausente. A visão transcendente, que se junta à visão ocular no ponto 4, redundando em fé profunda, irrestrita, evidentemente continua, bem como a fé ideal. Cristo fala daqueles que atingirão o clímax da fé numa época em que Sua presença visível na Terra não será mais notada. Pessoas que crerão nEle porque permitirão que a invisível ministração do Espírito Santo (3:8), que o mundo não vê nem conhece

(14:17), tanto quanto a operação interna da Palavra (17:20), Palavra que o mundo rejeita ouvir (5:37; 8:43), sejam eficazes em sua vida.

A experiência de Tomé abre espaço para Jesus expor o que Ele almeja constatar na vida de cada seguidor Seu: uma fé amadurecida, que dispensa a visão ocular de Deus, que não impõe necessárias teofanias e fatos sobrenaturais, nem milagres, para se fazer presente. O último ponto da escalada do ver e crer. "Bem-aventurados aqueles que não viram e creram."

Você, meu irmão, pode participar desta bem-aventurança. Deseja-o? Oxalá que sim!

Referências:

1. Quanto a ser *único* e não *unigênito*, o melhor sentido de *monogenes*, veja a excelente matéria do Prof. Pedro Apolinário "Cristo — o Unigênito Filho de Deus", publicada na *Revista Adventista*, julho de 1978, págs. 12 e 13.
2. A. T. Robertson, *The Divinity of Christ in The Gospel of John* (Nova Iorque: Fleming H. Revell Company, 1916), pág. 45. O verbo *rendido revelar*, em 1:18, é *exegéomai*, de onde vem a palavra *exegese*. Daí a colocação "interprete" na aludida afirmação do Dr. Robertson.
3. J. H. Bernard, *A Critical and Exegetical Commentary of the Gospel According to St. John* (Edinburgh: T. & T. Clark, 1953), vol. I, pág. 148.
4. Comentamos o sofrimento de Deus por causa do pecado em "As Lágrimas de Deus", *Revista Adventista*, janeiro de 1987, págs. 8-11.
5. H. S. Coffin, *Some Christian Convictions* (New Haven: Yale University Press, 1915), págs. 135 e 136.
6. Os verbos *anabaíno* e *Katabaíno* (subir e descer), no Evangelho de São João, são geralmente usados no contexto da missão revelacional e salvífica de Jesus no mundo.
7. F. L. Godet, *Commentary on the Gospel of John* (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1955), vol. I, pág. 390.
8. Cit. em Coffin, *op. cit.*, pág. 115.
9. R. E. Brown, *The Gospel According to John, caps. I-XII* (Garden City: Doubleday Company, Inc., 1966), pág. 531.
10. E. G. White, *Seventh-day Adventist Bible Commentary*, vol. VII, pág. 933.
11. *Idem*, vol. VI, pág. 1113.

CONTINUAÇÃO DA PAG. 6...

fundamentados na Bíblia respondem que sua fé e esperança estão em Jesus Cristo, apenas. Quando ele proclama que somos salvos pela fé e as obras de amor, eles respondem que não somos justificados por nossas boas obras. Quando o Papa ensina que é para o Magistério da Igreja Católica Romana que devemos olhar em busca de respostas para as questões sobre a vida e a doutrina, os evangélicos respondem: "Examinai as Escrituras, pois elas são proveitosas para ensinar, para redarguir, para corrigir e para o aperfeiçoamento na justiça". Quando ele exorta as pessoas a repousarem e adorarem a Deus no domingo, em honra à ressurreição do Senhor, os adventistas do sétimo dia respondem: "Lembra-te do dia do sábado para o santificar e assim honrar o teu Senhor". Quando ele nos diz que a infalibilidade do Papa interpreta tanto a Bíblia como a tradição apostólica, e que elas ensinam que a Virgem Maria foi corporalmente trasladada para o Céu, nós nos admiramos e respondemos que não conseguimos encontrar

nenhuma evidência de tal ensinamento quer nas Escrituras, quer na tradição genuína dos apóstolos.

Em assuntos que afetam o destino das pessoas e seu relacionamento com Deus, Roma ainda é Roma. É difícil dizer o que nos reserva o futuro sob a direção de João Paulo II; parece, contudo, grandemente improvável que os anos restantes de seu pontificado difiram acentuadamente dos primeiros dez. Provavelmente o Papa continue mantendo a popularidade, enquanto continua a desafiar as sociedades tanto do lado da cortina de ferro como de sua igreja, que ele está conscientemente procurando preparar para o terceiro milênio.

Enquanto isso, esperemos para ver se ele será capaz de levar maior homogeneidade aos 750 milhões de católicos romanos e se achará possível refrear as mudanças que estão transformando segmentos da Igreja Católica Romana em um híbrido de Roma com a Reforma Protestante.



Cantar é Com a Gente Mesmo!

Toda a força da juventude adventista explode nestes belos cânticos. *Louvor Jovem* tem sabor de mocidade, aroma de mocidade e som de mocidade. Quem é jovem, quer na idade quer no espírito, não pode deixar de adquiri-lo.

Casa Publicadora Brasileira
Caixa Postal 34 — Tatuí, SP
CEP — 18270

